



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 065

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10 DE JUNHO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Fernandes Litro - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 065

59ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Mensagens 03

Ofícios..... 05

Indicações 05

Requerimentos 06

Projetos de Lei 12

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 16

Dep. Mauro Moraes 18

Dep. Tadeu Veneri..... 18

Dep. Pastor Edson Praczyk 19

Dep. Caíto Quintana 21

Grande Expediente:

Dep. Durval Amaral..... 21

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk.....20

Liderança do Partido Democratas

Dep. Plauto Miró23

Liderança do PT25

Dep. Enio Verri25

Liderança do PDT

Dep. Luiz Carlos Martins26

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch27

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente28

Discussão/Votação

1ª Discussão (PEC)28

Discussão Única (Proposição) ...29

Redação Final30

2ª Discussão31

1ª Discussão31

Requerimentos31

Encerramento da Sessão33

Publicações:

Ata de Comissão

Constituição e Justiça33

DIÁRIO Nº 065

59ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 59ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 2008

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secre-

tariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademir Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Enio Verri, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pastor

Edson Praczyk, Pércles de Mello, Plauto Miró, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Fábio Camargo, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo e Valdir Rossoni (06).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Reni Pereira (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagem

MENSAGEM Nº 019/08

Curitiba, em 06/06/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva estabelecer a Política de Turismo do Paraná, que se constitui em um conjunto de estratégias e prioridades que orientam o desenvolvimento sustentável do turismo no estado do Paraná, integrando sua política econômica, de forma planejada e organizada, consolidando-o como destino turístico e proporcionando a inclusão social de sua população, conforme específica.

O estado do Paraná é o portão de entrada da região sul do Brasil, detentor de uma riqueza étnica, cultural e natural das mais expressivas do país.

Graças à sua diversidade, é possível visualizar distintas regiões turísticas no território paranaense, constituindo-se em matéria-prima de diferentes produtos turísticos que oportunizam trabalho e renda. Deste modo, tem-se a natureza e a história do litoral; o progresso e o humanismo na capital, com o bucolismo e a pujança de sua região metropolitana; cultura, mistério e tranqüilidade nos campos gerais; pinheiros e cachoeiras gigantes do centro-sul; a expansão do agronegócio e da indústria têxtil no norte, noroeste e sudoeste; os campos cultivados do oeste, as empolgantes Cataratas do Iguaçu e a imponência da usina de Itaipu, fazendo do estado do Paraná um destino de todos os roteiros.

A partir da criação da Secretaria de Estado do Turismo, no ano de 2003, foram implementados programas e projetos de fomento à atividade turística, bem como ações de divulgação e comercialização dos atrativos paranaenses, motivando o turismo com repercussões nos cenários social, econômico, político, cultural e ambiental.

Verificou-se, no quadriênio compreendido entre 2003 - 2007, um fluxo de turistas da ordem de 7,3 milhões de pessoas, 29% superior ao experimentado entre 2002 e 2006. A receita gerada atingiu o montante de US\$ 1,5 bilhão, crescendo mais que 60% no mesmo período, ampliando-se a oferta turística em 50%, com o mercado turístico ofertando cerca de 90 roteiros no Paraná, os quais abrangem, além dos pólos turísticos de Curitiba e Foz do Iguaçu, os municípios do interior do estado.

Em face do intuito de maiores conquistas e com o potencial de crescimento apresentado pelo setor, desenvolveu-se a Política Estadual de Turismo do Estado do Paraná, a qual se espera ver implantada sob a forma de lei, concebida de modo a garantir o entendimento do processo de planejamento e organização que se pretende dar ao turismo estadual, mediante a definição de conceitos, objetivos, princípios, instrumentos e áreas estratégicas.

A estruturação do anteprojeto de lei em questão baseou-se numa visão de integração horizontal e vertical, nos resultados obtidos até o presente momento e nas sugestões dos envolvidos com a atividade no estado, os macroprogramas do Plano Nacional de Turismo do Governo Federal (2007 - 2011) e as diretrizes emanadas do Plano de Governo do Paraná, objetivando, ao final, o desenvolvimento sustentável da atividade, a inclusão social e a consolidação do destino Paraná no cenário turístico nacional e internacional.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica estabelecida a Política de Turismo do Paraná, que se constitui em um conjunto de estratégias e prioridades que orientam o desenvolvimento sustentável do turismo no Estado do Paraná, integrando sua política econômica, de forma planejada e organizada, consolidando-o como destino turístico e proporcionando a inclusão social de sua população.

Art. 2º Para fins de cumprimento do estabelecido na Política de Turismo do Estado do Paraná, devem ser observados os seguintes conceitos:

Turismo: atividade econômica representada pelo conjunto de transações - compra e venda de serviços turísticos - efetuadas entre os agentes econômicos do turismo. É gerado pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que têm residência fixa, por qualquer motivo.

Região Turística: território caracterizado por um conjunto de municípios turísticos ou de interesse turístico, que possuem afinidades e complementaridades culturais ou naturais, que possibilitam o planejamento e a organização integrados, como também a oferta de produtos turísticos mais competitivos nos diferentes mercados, agregando força principalmente na gestão e promoção.

A. Municípios Turísticos: são aqueles consolidados, determinantes de um turismo efetivo, capazes de gerar deslocamentos e estadas de fluxo permanentes.

B. Municípios com potencial turístico: são aqueles possuidores de recursos naturais e culturais expressivos, encontrando no turismo diretrizes para seu desenvolvimento sócioeconômico, ainda não apresentando fluxo turístico efetivo.

C. Demanda Turística: o número total de pessoas que viajam (efetiva ou real), ou gostariam de viajar (potencial), para utilizar instalações ou serviços turísticos em lugares afastados de seus locais de residência e trabalho.

D. Oferta Turística: conjunto de atrativos, equipamentos, bens e serviços de alojamento, alimentação, de recreação e lazer, de caráter artístico, cultural, social, ou de outros tipos, capaz de atrair e assentar num determinado local, durante um período determinado de tempo, um público visitante.

E. Atividades Turísticas: são aquelas ligadas à hospedagem, alimentação, agenciamento, transporte, recepção turística, eventos, recreação e entretenimento, entre outras utilizadas pelos turistas em seus deslocamentos.

F. Produto Turístico: atrativos, infra-estrutura e serviços urbanos, equipamentos e serviços turísticos, acrescidos de facilidades, contando com uma gestão integrada, ofertados no mercado de forma organizada, por um determinado preço e caracterizados por uma imagem diferenciada.

G. Destino Turístico: lugar ou espaço geográfico onde são ofertados os produtos turísticos que são consumidos por uma demanda efetiva. São também conhecidos como núcleos receptores.

Art. 3º A Política de Turismo do Paraná está estruturada nas áreas estratégicas de Gestão e Fomento ao Turismo Estadual; Desenvolvimento de Destinos Turísticos; e Promoção e Apoio à Comercialização.

§ 1º Na área estratégica de Gestão e Fomento ao Turismo Estadual pretende-se:

I - desenvolver o turismo por meio de um planejamento estratégico e participativo;

II - articular e incorporar o turismo às políticas dos vários setores interdependentes, em uma visão de integração horizontal e vinculação vertical, compatibilizando as questões federais, macrorregionais, estaduais e municipais;

III - disseminar o turismo como uma atividade que contribui para o desenvolvimento econômico e social, a conservação ambiental, a valorização cultural, a qualidade de vida e o uso racional dos recursos naturais e culturais;

IV - incentivar e viabilizar investimentos e financiamentos para o setor, que propiciem desenvolvimento e crescimento ao estado do Paraná;

V - fomentar a realização de estudos e pesquisas estatísticas que orientem o desenvolvimento e crescimento do setor.

§ 2º Na área estratégica de Desenvolvimento de Destinos Turísticos pretende-se:

I - desenvolver e ampliar a oferta turística visando sua identificação, estruturação e diversificação;

II - dinamizar a oferta turística disponibilizada pelo Poder Público e pela iniciativa privada, visando maior competitividade nos diferentes mercados;

III - fomentar a qualificação dos destinos turísticos, através de ações de normatização, certificação, educação para o turismo e qualificação profissional.

§ 3º Na área estratégica de Promoção e Apoio à Comercialização pretende-se:

I - promover o destino Paraná e de seus produtos turísticos nos mercados nacionais e internacionais, através de ações de divulgação e comercialização;

II - fomentar uma maior acessibilidade do estado aos mercados turísticos consumidores.

Art. 4º A Política de Turismo do Paraná orienta-se pelos seguintes princípios:

I - sustentabilidade - buscando equidade social, eficiência econômica, diversidade cultural, proteção e conservação do meio ambiente, que permita uma maior qualidade de vida aos atores envolvidos na atividade, direta e indiretamente;

II - mobilização - articulando os atores locais no processo de desenvolvimento, tornando-os agentes ativos na busca dos objetivos comuns;

III - visão sistêmica - para que o turismo se desenvolva num ambiente multidisciplinar, caracterizado pela confluência de inúmeros campos de estudo que o influenciam: história, geografia, economia e sociologia, entre outros, além da integração de toda a cadeia produtiva do turismo;

IV - parcerias - promovendo articulação e gestão coordenada, envolvendo os três setores: público, privado e solidário (representado pela sociedade civil organizada), estabelecendo um processo de sinergia para alcançar objetivos comuns;

V - descentralização - estimulando a criação e o fortalecimento de instrumentos que ampliem as possibilidades de organização e participação da sociedade, buscando a desconcentração das responsabilidades na gestão do desenvolvimento do turismo, envolvendo as instâncias municipais, estaduais e federais;

VI - regionalização - promovendo uma atuação pública mobilizadora de planejamento e coordenação para o desenvolvimento turístico regional, de forma articulada a compartilhada entre os municípios que integram as regiões turísticas do estado, tendo em vista ações de negociação, consenso e organização social;

VII - inclusão social - possibilitando que um maior número de pessoas tenha acesso ao turismo, tanto à sua prática como também beneficiando-se de seus resultados diretos, reduzindo as desigualdades físicas e sociais e combatendo a pobreza através da geração de emprego e renda;

VIII - competitividade - promovendo uma melhor relação entre a segmentação da demanda estabelecida e a diversificação e especialização da oferta disponibilizada, primando pela qualidade dos produtos turísticos e por uma infra-estrutura compatível;

IX - conhecimento - considerando a produção científica existente no estado e os níveis de profissionalização e empregabilidade dos recursos humanos envolvidos nas atividades turísticas;

X - qualidade - desenvolvendo práticas que objetivem padrões de qualidade de destinos, produtos, serviços e atividades profissionais, evitando a informalidade e estabelecendo critérios de fiscalização e certificação.

Art. 5º São instrumentos da Política de Turismo do Paraná:

I - o Conselho Consultivo de Turismo do Paraná, criado pela Lei nº 5948/69 e alterado pela Lei nº 8388/86 e pelos Decretos nº 3624/94, nº 3403/01 e nº 6064/06, com função de planejamento, monitoramento e avaliação;

II - o Plano de Desenvolvimento do Turismo do Paraná, aprovado pelo Conselho Consultivo de Turismo do Paraná, com a função de definir áreas estratégicas, macroprogramas, programas e ações que viabilizem o turismo estadual;

III - a legislação vigente nos âmbitos nacional, estadual e municipal, que tenha impacto no desenvolvimento do turismo no estado e garanta sua sustentabilidade;

IV - os incentivos para a ampliação, qualificação e promoção da oferta turística estadual, disponíveis em âmbito nacional, estadual e municipal;

V - as pesquisas estatísticas disponibilizadas pelos Governos Federal, Estadual e Municipal e por outras organizações que atuam no setor.

Art. 6º De acordo com o Decreto Estadual nº 6064/06, cabe à Secretaria de Estado do Turismo a definição de diretrizes, a proposição e a implementação da política de Governo na área do turismo, em todas as suas modalidades de promoção, e ainda a normalização, a fiscalização, a divulgação e o incentivo ao turismo, como fator de desenvolvimento econômico e social, compelindo-lhe para a realização dos seus objetivos:

I - o acompanhamento de planos, programas e projetos, garantindo o seu desenvolvimento;

II - a promoção do desenvolvimento sustentável do turismo;

III - a gestão pública do turismo estadual;

IV - a articulação institucional entre suas vinculadas e os atores da atividade turística, no âmbito municipal, estadual, nacional e internacional;

V - a promoção e divulgação do produto turístico paranaense;

VI - a celebração de contratos, convênios e outros instrumentos legais, com entidades públicas e privadas, objetivando a perfeita execução dos programas e projetos que decorram do Plano de Desenvolvimento do Turismo do Paraná;

VII - a representação e atuação como órgão oficial de turismo do estado, nas diferentes instâncias do setor;

VIII - outras atividades correlatas.

§ 1º No âmbito da Política de Turismo do Paraná, cabe à Secretaria de Estado do Turismo e suas vinculadas a operacionalização e a execução das ações previstas no Plano de Desenvolvimento do Turismo do Paraná, respeitando-se seus limites legais de atuação enquanto órgão oficial de turismo do estado.

§ 2º O reconhecimento do caráter turístico que se deseje atribuir às atividades iminentes ao turismo, bem como aos municípios e seus produtos e às regiões, é de responsabilidade exclusiva da Secretaria de Estado do Turismo, com a chancela do Conselho Consultivo de Turismo do Paraná.

§ 3º As atividades e ações da Secretaria de Estado do Turismo deverão estar em consonância com a normatização existente nas esferas federal, estadual e municipal.

Art. 7º A definição, a alteração e a aprovação da regionalização turística do estado do Paraná são de atribuição exclusiva do Conselho Consultivo de Turismo do Paraná, em consonância com as orientações e diretrizes do Ministério do Turismo.

Parágrafo Único. Os critérios utilizados para definições das regiões turísticas do estado do Paraná são de responsabilidade da Câmara de Regionalização do Turismo do Conselho Consultivo de Turismo do Paraná, com base nas orientações do Ministério do Turismo; na existência das Associações de Municípios do Estado do Paraná; na existência de organizações intermunicipais e projetos regionais específicos de turismo; na posição geográfica estratégica em relação ao principal mercado emissor; e na potencialidade turística para a formação de produtos e roteiros integrados, complementares e competitivos.

Art. 8º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofício

Sob o nº CCE/CC 1210/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Decreto nº 2828, que trata da intervenção do estado no município de Ivaiporã. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 143/08

SÚMULA:

Sugere que os testes de habilitação do DETRAN para deficientes sejam realizados no município de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - sugere que os testes de habilitação do DETRAN para deficientes, moradores no município de Maringá e municípios vizinhos, sejam realizados no município de Maringá.

II - dada à precariedade motora do deficiente, nada mais justo que o teste ou renovação de habilitação do DETRAN, venha ser realizada no município próximo de sua cidade e não na capital, onde o interessado tem que viajar quilômetros, com dificuldades, além de acarretar despesas ocasionadas pela viagem.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 144/08

SÚMULA:

Solicita providências da Secretaria de Estado da Educação para que se realizem estudos com o objetivo de implantar Programa de distribuição gratuita de uniformes e material escolar para os alunos da rede pública de ensino fundamental.

Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o que se segue:

I - sejam tomadas as devidas providências dessa Secretaria de Estado da Educação para que se realizem estudos com o objetivo de implantar Programa de distribuição gratuita de uniformes e material escolar para os alunos da rede fundamental de ensino do estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) BETI PAVIN

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de programa pioneiro que foi implantado no município de Colombo na gestão do PMDB (ano de 2000), e acabou sendo seguido por outros municípios do estado e do país.

Sabedores que muitas crianças deixam de estudar porque os pais não têm condições de comprar uniformes e material escolar, este programa visa possibilitar a igualdade entre todos os alunos da rede pública de ensino do estado, seja qual for a situação sócio-econômica, reduzindo também, os gastos das famílias com a educação, incentivando-as a manter estudando.

O uso de uniformes não são tão prestigiados pelos alunos. Mas de fato, essa padronização é importante. O

seu uso desenvolve nos alunos, um sentimento de pertencimento ao grupo, fundamental no desenvolvimento psicossocial das crianças. Além disso, alunos uniformizados possibilitam a fácil identificação por parte da direção da escola, de toda comunidade e da Patrulha Escolar, garantindo maior segurança.

INDICAÇÃO Nº 145/08

SÚMULA:

Sugere a construção de uma ciclovia entre os municípios de Nova Londrina e Marilena, na rodovia PR-569.

Ao Exmo. Sr. Dr. Rogério Tizzot, DD. Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Caíto Quintana, dirige-se a V. Exa. para sugerir o seguinte:

- sejam tomadas providências urgentes no sentido de se construir uma ciclovia entre os municípios de Nova Londrina e Marilena, na rodovia PR-569.

Conforme solicitação formulada pelo Ofício nº 096/08, firmado pelo Presidente da Câmara Municipal de Nova Londrina, que veio acompanhada de cópia de requerimento de autoria do Vereador Álvaro Luiz Guilherme, devidamente aprovado em Sessão plenária, é grande o número de ciclistas e pedestres que circulam pelo referido local, para chegar ao trabalho, em indústrias e empresas que margeiam a rodovia, ou indo de uma cidade para outra, sendo que a construção de uma ciclovia irá trazer maior conforto e segurança para os usuários que por ali transitam.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) CAÍTO QUINTANA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1487

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o arquivamento do Projeto de Lei nº 247/08, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 1529

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 155, parágrafo único do Regimento Interno desta Casa, REQUE-REM, após ouvido o douto Plenário, seja retirada por três Sessões, da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 021/08, item 01 constante na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(aa) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1530

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 155, parágrafo único do Regimento Interno desta Casa, REQUE-REM, após ouvido o douto Plenário, seja retirada por três Sessões, da votação da Proposição de Veto nº 051/08, item 02 constante na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(aa) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1528

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA que seja justifi- cado o não comparecimento à Sessão do dia 09/06/08.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se ausência na Sessão devido a reunião para tratar de assuntos do interesse da comunidade curiti- bana, na condição de Presidente da Comissão de Saúde desta Casa Legislativa.

REQUERIMENTO Nº 1484

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, para que fique registrado para a posteridade nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná, o faleci- mento do General da Reserva Alípio Ayres de Carvalho.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No último dia trinta, faleceu nesta capital o Gene- ral da Reserva Alípio Ayres de Carvalho, com 91 anos de idade, era filho de Odalphi Ayres de Medeiros e Adah Ayres de Carvalho, deixando viúva, Dona Vairene Gon- çalves de Carvalho.

Foi Vice-Governador do Paraná entre novembro de 1965 e janeiro de 1966, eleito pela Assembléia Legisla- tiva junto com o Governador Algacir Guimarães para substituir Ney Braga e seu Vice, Afonso Camargo, que havia se afastado do Governo. Ney assumiu o Ministério da Agricultura do General Castelo Branco. Foi também Secretário de Viação e Obras do Governo Ney Braga (1961 a 1965), Alípio, que nasceu em 1916 em Carolina- MA, foi Vice-Presidente regional da ARENA no Paraná. Era professor universitário e engenheiro militar. Até pouco tempo, integrava o quadro da Agência Nacional do Petróleo (ANP) no Paraná.

Alípio teve grande participação na Câmara dos Deputados nos anos de Governo Militar, tendo exercido quatro mandatos consecutivos de Deputado Federal, entre 1967 e 1983, pela ARENA. Nos mandatos na

Câmara, foi um dos mais persistentes críticos do projeto Jarí, implantado por um empresário americano, que que- ria fazer um complexo agroindustrial na Amazônia. Para ele, o projeto era “um quisto no Brasil”.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca desmedida são outras tantas qualidades que procurare- mos cultivar como homenagem que lhe devemos. Sua família, a família que o adorava despediu-se com lágrima- mas nos olhos dizendo que poderá repousar tranqüilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Pedimos ao Pai celeste que, nossos amigos, famili- ares do General Alípio Ayres de Carvalho, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Ayres de Carvalho, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1489

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 08 de junho, do Sr. Joaquim Car- los Alcobas, nosso querido “Joca de Antonina”.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) LUIZ MALUCELLI

REQUERIMENTO Nº 1492

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plená- rio, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ivo Ronchi, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1493

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plená- rio, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lizaél Bezerra da Silva, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1494

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plená- rio, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Fre- derico Aura, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1495

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Assi-meí Contin Nicolau, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1496

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Araujo do Prado, ocorrido na cidade de Ribeirão Claro.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1497

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Sielski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1498

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lourival José Heinz, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1499

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Machado de Farias, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1500

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria de Fátima Portela, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1501

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lauricy Faustino, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1502

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Bernadete Mocelin, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1503

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Lucimar da Costa, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1504

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manoel Marques de Oliveira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1505

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lauro Silveira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1506

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Elidia Weiber, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1507

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Assis Gomes do Amaral, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1508

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Sebastiana Moraes de Oliveira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1509

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Getulio Prens, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1510

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Purcina Ribeiro da Silva, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1511

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Joana de Lima Krupp, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1512

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alceu Marques do Nascimento, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1513

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Lebis, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1514

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Carneiro Junior, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1515

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Cleusa Regina Serafin, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1516

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à família do ex-Vice-Governador Plínio Franco da Costa, falecido em Curitiba.

Plínio da Costa estava com 87 anos de idade e era casado com Ida Guimarães da Costa.

Além de Vice-Governador, Plínio da Costa também foi Parlamentar, Deputado Federal eleito e diplomado em 1962, foi designado Vice-Líder da maioria na Câmara Federal, posto no qual permaneceu até 1967, quando encerrou seu mandato.

Em 1965 concorreu e foi eleito pelo voto direto ao cargo de Vice-Governador e diplomado em 1966.

Filho mais novo de uma família de 11 irmãos, Plínio Franco Ferreira da Costa, seguiu exemplarmente os passos de seus orientadores dentre os quais os irmãos Antônio Franco Ferreira da Costa (Desembargador e Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná), os médicos Evaristo e Carlos Franco da Costa, os engenheiros Lysimaco Franco Ferreira da Costa e as irmãs Esther, Zoe, Maria José, Laura e Maria Josefina.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1517

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à família do médico Mário Lins Peixoto Filho, falecido em Maringá.

O médico cardiologista e intervencionalista, Mário Lins Peixoto Filho, 42 anos, morreu em Maringá em conseqüências de um ataque cardíaco.

Mário é filho do primeiro cardiologista da cidade, Mário Lins Peixoto e de Josuene Peixoto, maringaenses honrados e trabalhadores.

Esta Assembléia lamenta a perda e pede a Deus que console essa família no momento de profunda dor.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1522

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 9 de junho, do Dr. Mário Lins Peixoto Filho, filho do primeiro cardiologista de Maringá, o Dr. Mário Luiz Peixoto e da Sra. Josuene Peixoto.

Requer, outrossim, que após a decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO Nº 1518

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja oficiado ao Secretário de Justiça e Cidadania, Dr. Jair Ramos Braga, externando voto de congratulações em razão da inauguração da Casa de Detenção Provisória em Maringá, em 09 de junho do corrente ano.

Trata-se de antiga reivindicação da comunidade maringaense que, sem dúvida, promoverá o devido tratamento aos detentos da região, retirando das cadeias locais a superlotação que vem dificultando o trabalho do Sistema Prisional.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1520

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa sejam enviados voto de congratulações ao Sr. Michele Valensise, Embaixador da Itália no Brasil; ao Sr. Riccardo Battisti, Cônsul da Itália para o Paraná e Santa Catarina, ao Sr. Gianluca Cantoni, Presidente do Comitê e ao Sr. Walter Petruziello, Presidente CGEI - Brasil em razão da comemoração da Data Nacional da República Italiana.

De acordo com o Cadastro de Registros de Imigrantes do Arquivo Público do Paraná, há 97.727 registros de italianos que desembarcaram no Porto de Paranaguá, entre os anos 1876 a 1879, constituindo importante fator de desenvolvimento para o estado do Paraná a colonização italiana no estado.

As marcas dos italianos na vida paranaense são muitas, mas citamos aqui apenas uma, exemplificando como esses imigrantes atuaram no Paraná: a estação de Alexandra foi inaugurada em 1883. É hoje a única estação que conserva seu aspecto original em toda a linha, não tendo sido reformada entre os nos 30 e 50 do século XX. Está fechada. O topônimo Alessandra que virou Alexandra prende-se mais ao estabelecimento colonial dos italianos no Paraná, e foi homenagem que o fundador e proprietário da colônia quis prestar à sua irmã. Houve desde 1870 muitos acontecimentos de caráter político, contudo a colônia Alexandra cumpriu seu papel de precursora da colonização italiana no Paraná e serviu de exemplo e origem à segunda e mais bem sucedida tentativa, realizada na colônia Nova Itália, em terras dos municípios de Morretes, Porto de Cima e Antonina.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1533

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de congratulações aos poderes constituídos do município de Foz do Iguaçu (Executivo, Legislativo e Judiciário), pela celebração de seus 94 anos de emancipação político-administrativa no dia de hoje. Registre-se a importância da cidade na projeção do Paraná perante o Brasil e o mundo, especialmente nos setores de turismo e hidrelétrico.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO Nº 1486

Senhor Presidente:

O Deputado Reinhold Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações às Faculdades Internacionais San Martín, na pessoa de seu Diretor Dr. Edgar Pompilio Moreno Monroy.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Faculdades Internacionais San Martín no Brasil:

Com mensalidade aberta constituiu, em 2003, um convênio com a Universidade do Contestado, de Santa Catarina, para fortalecer espaços acadêmicos no Brasil, favorecidos pelo intercâmbio cultural, docente e investigativo.

Assim, nasceu a nova sede, liderada pelo Dr. Edgar Moreno, na cidade de Curitiba, destinada a ser modelo mundial em manejo ambiental e planejamento urbano, sem deixar de perceber que a já tradicional cidade universitária se torna também importante pólo industrial, abraçando o binômio essencial para o desenvolvimento de nossos povos. A mais jovem integrante do Grupo Social San Martín recebeu o nome de Faculdades Internacionais San Martín.

Para abrigá-la, foi escolhida nossa Curitiba, que é e seguirá sendo uma cidade padrão e um espaço inigualável para desenvolver o sonho de internacionalização do conhecimento, buscando fortalecer nossos cidadãos para que sejam competitivos no quadro da globalização mundial.

Com valores, experiência e unidos à tradição da UnC - Universidade da Colômbia e da FUSM - Fundação Universitária San Martín; estão conjurando possibilidades e oportunidades para nossos jovens universitários e para todos os profissionais que enfrentam o dia-a-dia em ambientes de alta competitividade e universalidade.

Na América Latina, a San Martín é um exemplo de integração de nossos países, ao criar na Colômbia, no Panamá, no Peru e sua mais recente sede no Brasil, com mais de 35 mil estudantes que buscam realizar esse sonho de poder ser educados com alta qualidade, dignidade e conectados internacionalmente.

Mais do que uma instituição, unidas pretendem ser uma família que constrói vínculos baseados em valores e conhecimentos a serviço da comunidade.

REQUERIMENTO Nº 1519

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva, bem como ao Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel QOPM Anselmo José de Oliveira, solicitando dos mesmos o aumento do efetivo da polícia militar no município de Paçandu, conforme reivindicação anexa.

A referida municipalidade solicita mais dos militares para compor o quadro da segurança pública, permitindo atuação mais efetiva, na forma da justificativa apresentada.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1532

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado ofício ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, solicitando a possibilidade de designar 1 (um) Delegado permanente para o município de São João do Triunfo.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

Conforme ofício, enviado ao meu gabinete parlamentar, pelo Vereador de São João do Triunfo, Pedro Gadens Andrade Halila, o município tem sofrido com ocorrências graves e a atual Delegacia muitas vezes não conta com a presença de um delegado permanente para que os cidadãos tenham um pronto atendimento quando necessário.

Conto com vosso apoio nessa solicitação, de extrema importância para a população de São João do Triunfo.

REQUERIMENTO Nº 1525-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. David José de Castro Gouvêa - Superintendente Regional do DNIT no Paraná, solicitando com a máxima urgência a recuperação asfáltica do Contorno Sul (BR-376) - acesso ao Distrito Industrial - nesta capital, que encontra-se em péssimas condições de trafegabilidade.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 1490

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Luiz Forte Netto, solicitando seja encaminhado a este Parlamentar os seguintes documentos e informações, referentes a liberação de verbas do Paraná Urbano para Prefeitura Municipal de Ponta Grossa:

- quais os valores liberados pelo Paraná Urbano/Paraná Cidade em cada período de Governo (1992-1996, 1997-2000, 2001-2004, 2005-2008) para a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa;
- em que obras tais valores foram utilizados;
- anexar documentos comprobatórios de cada liberação.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1525

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Secretário de Estado de Obras Públicas, conforme segue abaixo:

1. Qual o valor da obra de construção do Centro de Capacitação e Treinamento do Corpo de Bombeiros de Ponta Grossa?
2. Enviar xerocópia do cronograma de obras do referido Centro de Capacitação e Treinamento.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) MARCELO RANGEL

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 257/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o município de Cianorte, estado do Paraná denominado como “Capital do Vestuário”.

§ 1º Esta denominação servirá de referência de identificação do município de Cianorte, em razão das indústrias de confecção de vestuário que possui.

§ 2º A referida denominação passará a fazer parte do Calendário de Eventos Comerciais, Industriais e Turísticos do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Cianorte é um município que está situado a noroeste do estado do Paraná, na região identificada como Norte Novíssimo.

Limita-se ao norte com o município de São Tomé, ao sul, com os municípios de Tuneiras do Oeste e Araruna, a leste, com os de Jussara e Araruna. A oeste, com os municípios de Indianópolis, Tapejara e Tuneiras do Oeste.

Cianorte compõe-se de dois Distritos: Distrito Administrativo e Judiciário de São Lourenço e Distrito Administrativo de Vidigal. Possui uma área de 773 quilômetros quadrados e

Por situar-se logo abaixo do Trópico de Capricórnio goza de um clima ameno no verão e um clima agradável no inverno, alcançando, raramente, situações de desconforto climático e com estações bem definidas.

Grande parte de suas terras são arenosas pertencentes ao chamado Arenito de Caiuá, ficando bem localizada no conhecido Terceiro Planalto Paranaense. O relevo de um modo geral é suavemente ondulado, apresentando platôs e chapadas modeladas. Embora os solos arenosos requeiram correção química e orgânica são muito produtivos para a lavoura branca. A cana-de-açúcar apresenta-se como importante meio de produção em razão das usinas de álcool instaladas na região.

O solo conhecido como terra roxa também é abundante e com fertilidade para todo tipo de lavoura, principalmente, na região onde se localiza o Distrito Administrativo de Vidigal.

No passado o município sofreu grandes problemas em sua economia em razão das erosões e voçorocas que ocorriam sempre nas áreas de maior inclinação, em razão da formação do solo ser uma capa de arenito pouco resistente à ação dos agentes da natureza. Com a vinda da grande geada de 1975 o município, com característica agrícola, foi tomado por profunda crise de desemprego e desânimo entre os produtores. Mas os comerciantes

urbanos reagiram, pois vislumbravam à distância, um futuro melhor para a cidade que crescia, exuberante em meio à derrubada das matas.

Era necessário resgatar o ânimo dos primeiros moradores com nova forma de economia. Assim, nasceu entre seus primeiros colonizadores a capacidade de produzir e vender fora do município. Começaram a abrir as primeiras confecções, modestas, de roupas infantis e depois, vestuário de adultos, onde a produção era essencialmente amadora.

Com o decorrer do tempo e da experiência e dos lucros obtidos com a venda dos produtos industrializados os primeiros industriais começaram a equipar pequenas fábricas com equipamentos mais sofisticados. A cidade, como fênix da cultura grega, renasceu das cinzas. As fábricas foram proliferando e cada empreendedor buscando o melhor espaço no mercado de roupas.

Começaram chegar em Cianorte as primeiras caravanas trazendo compradores de atacado de fora do estado. Eram oriundos do Rio Grande do Sul, centro oeste do Brasil, Santa Catarina e São Paulo. Vindo em excursões, em número considerado de compradores lojistas, vão deixando lucros consideráveis a cada compra, que se repete mês a mês.

As grandes griffes foram se solidificando no mercado brasileiro e não é difícil desde o nordeste até a última cidade do Rio Grande do Sul encontrar vestuário de melhor qualidade com as marcas cianortenses. Sem intenção de provocar propaganda, mas griffes como Morena Rosa, Makson, Osmoze, Denúncia, Lúcia Figueiredo, Maria Valentina são nacionalmente conhecidas.

Com a melhoria da qualidade das nossas roupas foram surgindo como fator de sustentação, as mais diversas profissões decorrentes da exigência da produção de moda. Máquinas modernas, importadas vão dando curso à produção em série, exigindo trabalhos paralelos de bordadeiras, de acabamento, de lavagens especializadas na cor e na textura do tecido, costureiras de vários padrões, modelistas, estilistas.

A cidade cresceu tanto em exigência de produção que a Universidade Estadual de Maringá instalou em Cianorte, e está em pleno funcionamento o Curso Superior de Design em Moda e a Universidade Paranaense - UNIPAR mantém um Curso de Gestão e Tecnologia em Moda, no qual formou inúmeras turmas e seus egressos encontram trabalho fácil e abundante nas empresas que cada vez mais exigem qualidade e profissionalismo.

A história da confecção em Cianorte é de encher os olhos e o coração. Investidores pioneiros, ousados, acabaram transformando a cidade, nacionalmente, conhecida como Capital do Vestuário. O nome, espontaneamente, surgiu entre os compradores que para identificar a cidade informavam que lá em Cianorte compravam vestuário. Hoje Cianorte, Capital do Vestuário, representa para o estado do Paraná um grande arrecadador de ICMS, e consequentemente, PIS, Fundo de Garantia, Imposto de Renda e outros tributos estaduais e federais.

A par do crescimento das grandes indústrias cresceu a economia informal que não pode ser desprezada em razão do grande envolvimento da população que se dedica aos trabalhos e complementação do trabalho das fábricas.

Muitas organizações informais trabalham no lixamento dos jeans, que acabou sendo um item do vestuário muito importante no país, pois, griffes como Fórum, M. Officer, Triton, entre outras confeccionam calças em Cianorte, terceirizando totalmente seu produto, desde o corte do tecido, confecção, tingimento nas lavanderias e acabamento dentro de empresas de Cianorte.

Há em Cianorte, lavanderias especializadas em tingimento especial, dedicado somente à determinada griffe de jeans, onde em lugar nenhum do Brasil vão conseguir o mesmo efeito visual e de qualidade, pois foram planejados e produzidos em Cianorte. Hoje, 12 lavanderias funcionam na cidade e em seus arredores, todas com controle de impacto ambiental.

É interessante lembrar que Cianorte, ao fazer crescer a sua vocação na produção do vestuário acabou atraindo um sem número de outras atividades, antes inexistentes em Cianorte. Estamos falando, por exemplo, de empresas que hoje se dedicam somente ao ramo do acabamento de roupas, onde lá se retiram as linhas de sobra, pregam-se botões, etiquetas, passam ao vapor as peças já selecionadas pela qualidade e são embaladas e encaixotadas, prontas para serem remetidas aos compradores em qualquer parte do Brasil.

A par da confecção cresceram as lojas de atacado de armarinhos, que vendem linhas, zíperes, botões, pedras artificiais e outros complementos para a costura.

Surgiram inúmeras lojas dedicadas à manutenção de máquinas de costura, assim como atacadistas de máquinas sofisticadas, que fazem os moldes e recortam o modelo desejado, sob a exigência do computador. As serigrafias proliferaram, as indústrias de bordados se multiplicaram para atender a demanda e em quase todo fundo de quintal é possível ver alguém prestando serviço terceirizado para alguma indústria, seja costurando partes de roupa, seja modelando, seja passando e bordando, entre outras atividades.

A cidade vive e respira vestuário. A EXPOVEST - Feira do Vestuário, que se realiza anualmente, desde a primeira gestão do Prefeito Municipal Edno Guimarães, em 1989, é a grande vitrine para os compradores que vem aos milhares à cidade para buscar atualizar-se nas tendências da moda, que não deixa nada a desejar a nenhum produtor de São Paulo ou outros centros produtores de moda em tecido plano.

Cianorte possui 294 indústrias e casas de comércio derivadas da indústria de confecções.

Possui 12 lavanderias que funcionam para o lixamento e tingimento de jeans, com grande variedade de cor e processos de tingimento.

Possui 1.510 estabelecimentos comerciais estabelecidos e organizados.

Enquanto a confecção do vestuário atrai grande quantidade de compradores, os hotéis da cidade se movimentam, movimentam-se os postos de gasolina, restaurantes, lanchonetes, táxis, lojas dos mais variados produtos, embalagens, manequins e muito outros serviços que não estão ligados à moda.

Só conhecendo Cianorte de perto, entrando pelos corredores de suas fábricas, caminhando pelas lavanderias, percorrendo as indústrias formais e informais, entrando nas seções de corte, produção, acabamento e despacho, nossa observação dos bordados a laser e cortes perfeitos, só assim será possível entender porque Cianorte é a verdadeira capital do vestuário, pois não há no Brasil uma cidade semelhante que aglomere em tão pouca área espacial, quantidade e qualidade nos produtos que fábrica. Pode existir uma ou outra concorrente em lugares esparsos, mas concentrados numa cidade de trabalhadores na arte de costura será difícil encontrar.

Por estas razões propomos que Cianorte seja reconhecida oficialmente como a capital do vestuário, dentro do Paraná e quiçá no Brasil, fazendo parte efetivamente do calendário oficial de eventos deste estado.

PROJETO DE LEI Nº 258/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Implantar a disciplina educação musical como parte integrante da grade curricular das escolas estaduais de nível fundamental e médio no estado do Paraná.

Art. 2º A disciplina educação musical será ministrada por professores com formação específica na área.

Art. 3º A educação musical no currículo obrigatório das escolas estaduais e municipais do estado do Paraná tem por objetivo:

I - Estimular nos alunos o prazer de fazer e ouvir música.

II - Estimular a elaboração de musicalidade, a criação e a improvisação, o conhecimento da linguagem musical e atual e processos de escutas diferenciadas.

III - Desenvolver a sensibilidade musical dos alunos como instrumento de diálogo cultural e percepção da musicalidade como elemento de socialização.

IV - Ampliar o conhecimento dos alunos sobre a cultura brasileira, latino-americana e universal, utilizando a música como um de seus elementos básicos, criadores e definidores.

V - Estabelecer vínculo entre as demais disciplinas do ensino fundamental e médio, em especial, mas não exclusivamente, história geral e do Brasil, filosofia, ciências sociais e cultura brasileira.

Art. 4º Cabe ao Governo Estadual:

I - Promover concurso público para professores na área.

II - Estimular a formação de professores na disciplina.

III - Estabelecer a obrigatoriedade de implantação da disciplina educação musical na grade curricular.

IV - Disponibilizar material necessário para a implantação.

V - Estabelecer a especialização de Orientação Pedagógica com especialidade em educação musical.

Art. 5º É responsabilidade das Unidades Escolares:

I - Estabelecer parâmetros de orientação pedagógica e coordenação de ações intra e extra-escolares da disciplina educação musical.

II - Estabelecer os conteúdos mínimos da disciplina educação musical no ensino fundamental e ensino médio no estado do Paraná.

Art. 6º Caberá a Secretaria de Estado da Educação, formar orientadores especializados na área de educação musical e garantir junto as unidades escolares a implantação e orientações necessárias.

Art. 7º Os sistemas de ensino terão três anos letivos para se adaptarem às exigências estabelecidas por esta lei.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A música é uma prática social, que constitui instância privilegiada de socialização, onde é possível exercitar as capacidades de ouvir, compreender e respeitar o outro.

Estudos e pesquisas mostram que a aprendizagem musical contribui para o desenvolvimento cognitivo, psicomotor, emocional e afetivo e, principalmente, para a construção de valores pessoais e sociais de crianças e jovens. A educação musical escolar não visa à formação do músico profissional, mas o acesso à compreensão da diversidade de práticas e de manifestações musicais da nossa cultura, bem como de culturas mais distantes.

A música também se constitui em campo específico de atuação profissional. Pelo seu potencial para desenvolver diferentes capacidades mentais, motoras, afetivas, sociais e culturais de crianças, jovens e adultos, à música se configura como veículo privilegiado para se alcançar as finalidades educacionais almejadas pelo Sistema de Ensino.

A educação deve ser vista como um processo global, progressivo e permanente, que necessita de diversas formas de estudos para seu aperfeiçoamento, pois em qualquer meio sempre haverá diferenças individuais, diversidade de condições ambientais que são originários

dos alunos e que necessitam de um tratamento diferenciado. Neste sentido deve-se desencadear atividades que contribuam para o desenvolvimento da inteligência e pensamento crítico do educando, como exemplo: práticas ligadas a música e a dança, pois a música torna-se uma fonte para transformar o ato de aprender em atitude prazerosa no cotidiano do professor e do aluno.

A música quando bem trabalhada desenvolve o raciocínio, criatividade e outros dons e aptidões, por isso, deve-se aproveitar esta tão rica atividade educacional dentro das salas de aula.

A expressão musical desempenha importante papel na vida recreativa de toda criança, ao mesmo tempo em que desenvolve sua criatividade, promove a autodisciplina e desperta a consciência rítmica e estética. A música também cria um terreno favorável para a imaginação quando desperta as faculdades criadoras de cada um. A educação pela música proporciona uma educação profunda e total. Cabe aos professores criar situações de aprendizagem nas quais as crianças possam estar em relação com um número variado de produções musicais não apenas vinculadas ao seu ambiente sonoro, mas se possível também de origens diversas, como, de outras famílias, de outras comunidades, de outras culturas de diferentes qualidades: folclore, música popular, música erudita e outros.

Todavia, no âmbito da legislação estadual da Educação, embora indique a obrigatoriedade do ensino da arte, é lei ambígua em seus termos. A expressão ensino da arte permite uma multiplicidade de interpretações, o que acarretaria a manutenção de práticas polivalentes de educação artística e a ausência do ensino de música nas escolas.

Muitos concursos públicos recentes, realizados para o Magistério em diversas regiões do país, persistem em buscar professores de educação artística, embora a educação superior já possua formação de professores específica em cada uma das expressões de artes, como: visuais, música, dramaturgia e dança. Há, portanto, uma incoerência entre as demandas de docentes por parte das instâncias públicas e privadas e o que está acontecendo na prática de formação de professores.

Como forma de solucionar a questão, apresento o projeto de lei em tela, propondo a implantação gradativa e conceitual da obrigatoriedade do ensino da música na grade curricular, a ser ministrado por professores com formação específica na área.

PROJETO DE LEI Nº 259/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterada a Lei nº 15758, de 27/12/07, que dispõe, que os créditos decorrentes dos débitos imputados e inscritos em dívida ativa estadual, na forma da Lei Complementar nº 113/05, que constituírem crédito do Tesouro Estadual, poderão ser parceladas em até 36 parcelas mensais, iguais e sucessivas, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Os créditos decorrentes de débitos constituídos na forma da Lei Complementar nº 113, de 15/12/05, inscritos em dívida ativa, poderão ser pagos em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, conforme o disposto nesta lei.

§ 1º O crédito parcelável compreenderá o principal e os demais acréscimos previstos em lei calculados até a data do parcelamento.

§ 2º O pedido de parcelamento implica no reconhecimento incondicional do crédito, assim como exige para seu deferimento, a expressa renúncia a qualquer recurso ou ação interpostos para discussão dos mesmos, tendo a concessão resultante caráter decisório.

§ 3º As multas aplicadas na forma dos incisos I, II, III, V, VI, VII e VIII, do artigo 85 da Lei Complementar nº 113/05, imputadas às pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, poderão ser objeto de parcelamento, em conjunto ou isoladamente, junto ao Tribunal de Contas do Estado, atendido o disposto no parágrafo 2º do artigo 2º, da referida lei.

§ 4º Será admitido o parcelamento, junto a Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, de débitos relativos à restituição de valores, conforme previsto no inciso IV do artigo 85 da Lei Complementar nº 113/05, dos débitos imputados às pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, sujeitas à jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

§ 5º O débito objeto de parcelamento sujeitar-se-á aos acréscimos previstos na Lei nº 11580, de 14 de novembro de 1996.

Art. 2º O pedido de parcelamento, devidamente identificado e subscrito pelo representante legal do devedor, quando for o caso, poderá ser protocolado na sede da Delegacia Regional da Receita Estadual, conforme previsto em regulamentação.

§ 1º O devedor informará, no requerimento, a origem dos créditos, bem como o número de parcelas.

§ 2º Tratando-se de crédito inscrito em dívida ativa, ajuizada para cobrança executiva, o pedido de parcelamento deverá, ainda, ser instruído com o Termo de Regularização para Parcelamento - TRP, emitido pela Procuradoria Geral do Estado - PGE, comprovando o pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, bem como, da prova de oferecimento de suficientes bens em garantia ou fiança, para liquidação do débito, suspendendo-se a execução até a quitação do parcelamento.

§ 3º Em se tratando de fiança, para os efeitos do parágrafo 2º, fica excluído o benefício de ordem.

Art. 3º A decisão sobre o pedido de parcelamento, na forma do parágrafo 3º do artigo 1º, compete ao Secretário de Estado da Fazenda, que poderá delegá-la.

§ 1º O valor a parcelar não poderá ser inferior a dez Unidades Padrão do Estado do Paraná - UPF/PR, vigentes no mês do pedido, devendo no ato do parcelamento a autoridade administrativa fixar o número de parcelas, observado o valor mínimo de quatro UPF/PR para cada uma delas.

§ 2º O pagamento da parcela inicial deverá ser efetuado na data de concessão do parcelamento e, das demais parcelas, até o último dia útil do mês subsequente.

§ 3º Somente será permitido o parcelamento de créditos não tributários uma única vez.

Art. 4º Acarretará rescisão do parcelamento a falta de pagamento da primeira parcela ou a inadimplência de três parcelas, sucessivas ou não, ou de valor equivalente.

Art. 5º A Secretaria de Estado da Fazenda disponibilizará, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, meios de consulta sobre a situação dos parcelamentos, para fins de emissão ou cassação da certidão liberatória.

Art. 6º A presente lei será regulamentada por decreto do Poder Executivo, no prazo de trinta dias.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

As alterações ora propostas têm como objetivo ajustar os termos da Lei nº 15758, de 27/12/07, que dispõe sobre o parcelamento de débitos não tributários inscritos em dívida ativa, constituídos na forma da Lei Complementar nº 113, de 15/12/05, ou seja, dos débitos originados de processos administrativos de competência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para melhor aplicabilidade da lei e sanar as dificuldades operacionais para sua implantação, como:

a) possibilitar a protocolização do pedido de parcelamento nas sedes das Delegacias Regionais da Receita, bem como possibilitar a delegação de competência para deferimento deste pedido, com vistas à descentralização do atendimento ao interessado, evitando seu deslocamento até a capital;

c) mencionar o Termo de Regularização para Parcelamento - TRP, documento utilizado pela Procuradoria Geral do Estado - PGE, para comprovar o pagamento de custas e honorários;

d) adequar às regras deste parcelamento às previstas no RICMS, aprovado pelo Decreto nº 1980/07;

e) restringir à possibilidade de um único reparcelamento dos débitos impedindo que o devedor se utilize desta prática com a finalidade de obtenção imediata da certidão liberatória expedida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sem, entretanto, ter a intenção de quitar seus débitos;

f) adequar os juros aplicados aos praticados no parcelamento de ICMS, e excluir a exigência da correção monetária, conforme determina a Lei nº 11580, de 14/11/96;

g) determinar a competência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e da Secretaria de Estado da Fazenda na concessão de parcelamentos de multas e restituição de valores.

PROJETO DE LEI Nº 260/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo do Estado do Paraná a doar para o município de Campo Bonito, uma área de terras com 800 m2, cujo perímetro: lote nº 4, quadra 26, loteamento Zibetti, com as seguintes confrontações: ao norte com a rua Guaraniaçu; ao sul parte do lote 6; leste Santos Dumont e oeste lote 3, constante da Matrícula sob o nº 8188, Escritura livro 11 - E, folhas 186 do Cartório Ipenor Claudino Della Torre, de Campo Bonito, Comarca de Guaraniaçu, Registro Geral de Imóveis sob o nº 30835, 30836, 30837, 30838, da comarca de Guaraniaçu.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Referido imóvel está localizado no município de Campo Bonito foi doado pelo município de Campo Bonito ao estado do Paraná, em 17/03/97, através da Lei Municipal nº 214/97, para a construção do aquartelamento da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Acontece que decorrido mais de dez anos da doação do imóvel para o estado do Paraná, com o objetivo da construção do Quartel da Polícia Militar - Destacamento da Polícia Militar e até o presente momento esta obra não se concretizou.

O destacamento da Polícia Militar, atualmente funciona nas antigas instalações da SANEPAR que foram restauradas e melhoradas, assim não havendo mais necessidade de uma nova construção.

Diante da necessidade do município de Campo Bonito em possuir a referida área para construção para desenvolvimento de atividades municipais, pede-se a reversão da área para o patrimônio do município.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 261/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O artigo 1º da Lei 14900, de 21/11/05, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Leve Vida, com sede e foro no município de Maringá.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10/06/08.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Tem a presente matéria o objetivo de alterar o nome da Associação de Obesos de Maringá - AOM, fundada em 2002, que, através de alteração estatutária, passou a se chamar Associação Leve Vida.

Para complementar o pedido, foi anexado a esta matéria cópia da ata de alteração, cópia do CNPJ, cópia do novo Estatuto e relatório de atividades.

A Associação Leve Vida continua prestando inestimável serviço à comunidade maringaense, orientando municípios sobre problemas advindos da obesidade.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estava folheando os jornais de hoje e vejo a manchete da Folha de Londrina: “Preço dos alimentos não pára de subir”. Tem outra matéria dizendo: “Preço dos alimentos tem a maior alta em quatro anos”. O mesmo jornal traz hoje que a safra de grãos deste ano está batendo recorde. De um lado diz que o alimento está subindo, que o arroz subiu 29%, o feijão 135% em apenas 12 meses. Para onde está indo a produção da nossa safra agrícola?

Volto a repetir, não é o agricultor, não é aquele que reza, faz promessa, acorda de madrugada, passa a noite arando a terra, adubando, semeando e, de repente, tem que rezar para chover, senão perderá toda a safra. Então, a nossa homenagem ao homem do campo. E a nossa defesa ao agricultor.

Esse aumento do arroz, do feijão, esse dinheiro está entrando muito pouco no bolso de quem, verdadeiramente, trabalha, que é o nosso agricultor e merece o nosso respeito. São os atravessadores que têm dinheiro. Que usam, muitas vezes, até dinheiro de Banco do Governo, para poder comprar as safras. E, depois de estocar nos armazéns, eles jogam o preço lá em cima, fazendo com que uma grande parte do povo se alimente mal ou fique apenas na vontade de tirar da prateleira do supermercado aquele produto que gostaria, além do arroz, do feijão e da carne, de ter um alimento mais variado na mesa da sua casa.

Ficamos tristes, lamentamos esta matéria: “O preço dos alimentos não pára de subir.” Outro dia, até aposentados aqui da Assembléia, me lembravam da dificuldade do servidor público, do aposentado de Assembléias, das Prefeituras, dos Governos Estaduais, do SUS, do INSS. Imagine a vida de quem vive de salário, tem uma família, o salário sobe uma vez por ano e cada semana que ele vai ao supermercado encontra um preço

novo na mercadoria que deseja comprar ou desejaria, porque muitas vezes, acaba nem levando, nem comprando esse produto para casa.

Presidente, a imprensa traz uma matéria de que praticamente está começando, hoje, a grande campanha eleitoral que vai eleger mais de 5 mil e 500 Prefeitos no Brasil, Vice-Prefeitos, Vereadores, Vereadoras, Prefeitas, Vice-Prefeitas. Há pouco, tive que interromper uma entrevista que estava dando à televisão, porque deu a hora de fazer este pronunciamento, exatamente sobre os candidatos “sugismundos” que vão para as praças, para as ruas, colocam os cabos eleitorais nas ruas e emporcalham as ruas da cidade com aquela chuva de santinhos, de material eleitoral. Esses candidatos “sugismundos”, numa total falta de respeito com seus eleitores e com sua cidade, sujam as ruas da cidade e depois não colocam os cabos eleitorais para fazer a faxina, para limpar o que eles sujam, para recolher toda essa papelada que eles jogam diariamente pelas ruas. Tem aqueles candidatos que pintam muro e depois não apagam. Sabemos que por dever tem que apagar, porque senão tem até multa, mas depois fica aquele jogo de empurra. Quando a Justiça Eleitoral intima o candidato, ele passa a bola para outro, diz que não foi ele que mandou pintar o muro. Outros colocam, também, placas pela cidade.

Na minha visão, Sr. Presidente, numa campanha eleitoral, primeiro, é de cansar o nosso povo brasileiro tanto horário na televisão e no rádio. Quarenta e cinco dias falando no rádio e na televisão. É de encher, de abusar da paciência dos nossos eleitores que ficam privados de assistir uma novela, um futebol, um filme, um telejornal, um programa de humorismo. Chega num determinado momento em que o próprio candidato não tem mais o que falar para o povo e começa a repetir. A televisão tem um peso muito grande. Um humorista, por exemplo, não pode contar uma piada, hoje, na televisão e voltar daqui a 10, 20 anos e contar a mesma piada, porque senão o pessoal vai dizer: “Ah, isso aí é muito manjado!” Por quê? Pelo peso que tem a televisão.

Se o candidato é inteligente, tem uma boa proposta, falou hoje o que vai fazer, se quer fazer um metrô, ou uma escola, ou um hospital, quer melhorar a parte de Saúde, de creche, de escola, de cultura, com quatro, cinco programas, o povo já decorou o que o candidato tem de proposta. O povo já está em condições de saber se aquele candidato é ou não é bom. Sei que muita gente aqui pode dizer: “Ah, mas é pouco tempo de televisão ainda 45 dias.”

Muita gente, volto a insistir, chega no final de campanha e o candidato não está nem aí, ele não tem controle do que está indo ou não para a televisão, as produtoras. São os marqueteiros que produzem tudo. Chega em um ponto que não tem mais matéria nova. Colocam o Lula para falar de novo, aquilo que ouvimos em três, quatro programas. Colocam o Alckmin, pela quinta vez falando a mesma coisa na televisão. A audiência da televisão cai. Quem tem TV a cabo, ou SKY ou TVA, televisões por assinatura, com certeza em grande parte vai preferir ligar

a tevê de canal fechado, paga, com um outro programa, ao invés de perder tempo em ouvir a repetição das propostas.

Acho que um mês em horário de televisão seria até demais. É uma pena que os Deputados Federais e os Senadores não reduzem esse tempo, para dar mais tempo para a dona-de-casa assistir a televisão dela, para o seu marido assistir seu futebol e seu telejornal.

Presidente, tirando esse cansativo tempo que vai ser o horário de rádio e de televisão, com um detalhe, uma boa parte dos candidatos a Prefeito vão penhorar até as calças na campanha, porque a produção da televisão é caríssima. O horário é de graça, mas a tabela de preço do marqueteiro vai nas nuvens. Em quase toda eleição termina muitas vezes com o marqueteiro acionando, processando, cobrando judicialmente o candidato, porque ele gastou além do que podia, do que arrecadou, com uma campanha muito cara na televisão, cujo horário é de graça. Mas o bom produtor é caro e com razão.

O nosso desejo é de que todos os candidatos que vão colocar o seu nome a Prefeito ou Prefeita, Vereador ou Vereadora, Vice-Prefeita ou Vice-Prefeito, que cada um deles colabore com a limpeza da cidade. Por que ficar pintando muro e borrando a cidade? Que depois mande apagar, independente da multa ou da ação que o candidato possa sofrer na Justiça Eleitoral.

O nosso desejo é que em cada cidade que tem rádio e canal de televisão local, que os candidatos e candidatas utilizem esse horário, não no sentido de agredir os seus adversários, porque está provado, por pesquisa e resultado de urna, que o povo não aceita aquele candidato que vai para a televisão e o rádio apenas para jogar pedras em seu adversário, falar mal dele, esquecendo que aquele horário é sagrado para ele apresentar propostas, como ele encara os problemas atuais da sua cidade, do seu povo, da sua comunidade, e quais são os caminhos, as alternativas e as soluções que ele enxerga para poder reerguer a sua cidade. Ou se ela estiver em franco desenvolvimento, que essa cidade mantenha o mesmo ritmo de prosperidade.

O nosso desejo é que no Brasil inteiro haja discussões, concordâncias ou discordâncias, sempre no campo das idéias, mas que jamais campanhas eleitorais sejam utilizadas para agressões e violência, porque isso não edifica absolutamente nada. Candidato que se portar dessa maneira, procurando apenas no campo pessoal e não aos interesses do povo que ele pretende comandar ou representar, muito provavelmente esse candidato vai sair das urnas amargando uma grande derrota. Porque o povo quer, tem o direito e exige campanhas eleitorais em alto nível na discussão dos problemas de cada brasileiro, de cada cidadão. E cada candidato apontando qual é a solução, qual é o caminho para dar prosperidade, gerar emprego, melhorar o campo social, a área de Saúde, Educação, Cultura, de geração de emprego e até mesmo de combate à violência.

É isso que cada brasileiro quer de cada um de nós que estaremos dentro de pouco mais de 100 dias, com o

nome de cada um de nós na urna eletrônica, sendo submetido ao julgamento da maior estrela de uma eleição, a quem devemos nos curvar e por quem devemos ser julgados, que é o nosso povo. É o cidadão que vai comparecer, tendo apenas Deus como testemunha, daquele momento sublime em que o eleitor vai apertar os botões das urnas eletrônicas para eleger o candidato ou candidata que ele considera com a melhor proposta para o bem da população de sua cidade.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Mauro Moraes.

Deputado Mauro Moraes (PMDB)

O SR. MAURO MORAES

Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Ocupo esta tribuna, hoje, para fazer o convite a todos os Deputados, para que possamos estar hoje às 18h30 na cidade de Rio Branco do Sul, onde teremos mais uma Audiência Pública sobre Segurança. Não dá mais para suportar, a cada final de semana são 25, 30 mortes, somente aqui na grande Curitiba. A população está temerosa, Sr. Presidente, Srs. Deputados. E a inversão de valores continua, os bandidos transitando livremente pelas ruas da cidade, enquanto nossos bosques, praças, ruas, são ocupadas por marginais de todas as espécies. Então, como disse, estamos empreendendo uma verdadeira cruzada quanto à escalada do crime em Curitiba e região metropolitana.

Após essa Audiência que será realizada hoje, teremos três Audiências aqui na cidade de Curitiba, ou seja, na Cidade Industrial, Uberaba e posteriormente no Sítio Cercado, onde existe o maior índice de criminalidade nesses bairros. Infelizmente, estamos assistindo e não podemos ficar de braços cruzados e olhos fechados diante à criminalidade que está tomando conta de Curitiba e toda região metropolitana.

É inadmissível que essa epidemia do crack continue em nossa capital. Mais de 80% dos crimes contra a vida e contra o patrimônio, roubo, furtos, homicídios, têm sua origem no crack. Infelizmente, mais de 80% de tipos dessas drogas, juntamente com armamentos e munições, são oriundos das nossas fronteiras aqui do estado. Pasmem, Srs. Deputados, que vergonha para o nosso estado. Isto é uma vergonha! Temos que ter a participação imediata do Executivo Federal, Estadual, dos municípios que compõem a fronteira do nosso estado, para que possamos, em conjunto, combater esses traficantes que, infelizmente, tomaram conta de nossas fronteiras.

O Governo Federal não pode se omitir nesta hora. Temos que colocar o Exército se for possível, para que possamos fechar as fronteiras, porque é inadmissível que apenas 60 ou 70 policiais federais façam aquela cobertura!

Então, estamos nessa caminhada combatendo este alto índice de criminalidade. Já encaminhamos vários ofícios, quero registrar aqui que infelizmente passaram-se 40 dias e nenhum deles foi respondido pela Secretaria da Segurança do nosso estado. Logo após aquela reunião o Secretário se comprometeu de, em apenas sete dias, nos encaminhar as respostas dos ofícios da Comissão de Segurança. Já se passaram 40 dias e nenhuma resposta ainda chegou a esta Casa, na Comissão de Segurança. Estamos reiterando o nosso pedido ao Secretário de Estado para que possa, com a maior brevidade possível, nos encaminhar esta resposta para que possamos, também, ajudar contribuindo com a nossa parcela, ajudando este Legislativo e o Governo Estadual a diminuir o índice de criminalidade no estado do Paraná.

Foi aprovado por esta Casa mais de R\$ 150 milhões no orçamento passado para que possamos gastar este ano. Então, dinheiro tem para ser investido. Temos que investir na coisa certa, para que possamos ter um resultado satisfatório. Acredito piamente que temos que ter de volta em nossas capitais, principalmente nos bairros de Curitiba, onde há índice de criminalidade, a volta dos módulos policiais, porque os módulos inibiam a ação dos bandidos e quando os policiais eram chamados, em 15 ou 20 minutos eles já estavam no local da ocorrência, e pelo 190, Sr. Presidente, demoram aproximadamente de duas a três horas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra Deputado Tadeu Veneri

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Realizamos, na manhã de hoje, uma Audiência Pública para fazer um debate a respeito de um projeto de lei que tramita nesta Casa e que prevê a colocação de portas de segurança e também outros dispositivos de segurança nas agências dos Correios, principalmente naquelas que acabam quase sendo agências bancárias, por terem o Banco Postal.

O Deputado Edson Praczyk participou na manhã de hoje, o Ministério Público também teve o seu representante, os Correios também tiveram aqui diversas pessoas, Sindicatos dos Correios, aliás está aqui a sua diretoria e companheiros dos Correios, Sindicatos dos Vigilantes e alguns dados me parecem interessantes: vimos hoje que há situações diferentes no estado do Paraná entre agências maiores e menores.

Apenas alguns dados, hoje foi lembrado que o Banco Postal foi instituído em 2001, através de um processo licitatório. O BRADESCO passou a ser representado nas agências dos Correios e em princípio era para que tivéssemos um alcance maior do sistema financeiro naquelas cidades onde não havia nenhuma forma,

nenhum tipo de atendimento bancário. Assim os aposentados, pagamentos de água, luz, telefone, cartões, poderiam ser feitos exatamente neste sistema. Acontece que o Banco BRADESCO evoluiu para um processo onde, na realidade, temos quase que pequenas agências, em alguns locais bastante pequenos, pequenas agências bancárias dentro dos Correios, com muito pouca gente, essa foi uma constatação que tivemos hoje. Com muito pouca gente, em alguns casos com apenas um funcionário e tendo valores que se em princípios são valores pequenos, do lucro médio anual daquela agência, tem em determinados dias, movimento muito grande, que chega a 100, 200 mil, até R\$ 1 milhão, quando são feitos pagamentos de aposentadorias, pagamentos de funcionários públicos, pagamentos de usinas, no caso do noroeste do Paraná, usinas de álcool. Isto faz com que tenhamos, nos últimos anos, no caso do Paraná, temos 368 agências do Banco Postal.

Tivemos, só em 2006, por exemplo, R\$ 720 mil em prejuízo para os Correios. Isto significa dizer que, com este valor, R\$ 720 mil, poderíamos instalar cerca de 100 portas de segurança, porque porta de segurança custa R\$ 7 mil. Foram os dados que nos foram passados hoje. Se falava entre 15 e R\$ 4 mil, o Deputado Pastor Edson Praczyk inclusive foi consultar, através da sua assessoria, aqueles que fornecem a porta e ela custa R\$ 7 mil.

Só com o prejuízo em 2006, os Correios já poderiam ter colocado 100 portas de segurança nas principais agências dos Bancos Postais aqui de Curitiba. Tivemos em 2003, 12 assaltos; em 2004, 28 assaltos; em 2006, 86 assaltos. E num processo crescente - não temos dados de 2007 e 2008 - estamos prevendo que dentro de pouquíssimo tempo, uma escalada muito grande de assaltos nas agências postais dos Correios. Por quê? Porque hoje os Correios passaram praticamente, como falei no início, a ser - Deputado Mauro Moraes, o senhor que é Presidente da Comissão de Segurança desta Casa - os Correios passaram a ser pequenas agências bancárias. Mais do que isso, tem o próprio cartão do BRADESCO que é entregue e que até R\$ 10 mil pode-se sacar dentro dos Correios.

É claro que qualquer pessoa que queira assaltar um Banco, as quadrilhas que assaltam Bancos estão migrando para assaltar os Correios, porque é muito mais lucrativo, o risco é menor. Vimos, hoje, fotografias de agências que são praticamente feitas pelo Sindicato dos Vigilantes, que são praticamente na rua, suas portas estão praticamente nas ruas, o estacionamento é quase que um estacionamento que encosta na porta da agência.

Enquanto estávamos fazendo a Audiência, o Delegado de Campo Largo, da região metropolitana, nos telefonou dizendo que estava presa na sua Delegacia uma quadrilha especializada em roubar agências dos Correios. E vem o encontro da sua preocupação com a segurança, aqui, esta preocupação que V. Exa. tem com a violência, que nós todos temos com a violência, mas com o crescente número de assaltos. Como é que estas pessoas adquirem armas? Drogas? Inclusive carros roubados,

fazendo outros tipos de assaltos. É lógico que se você passa numa agência, sabendo que tem um único funcionário ou dois funcionários, que ali podem estar 100, R\$ 200 mil, é claro que essas quadrilhas vão assaltar essas agências.

Esperamos que nos próximos dias possamos discutir o projeto, trazê-lo à votação, em 1ª votação. Falei com o Deputado Pastor Edson Praczyk, na 2ª votação buscar fazer as emendas que porventura sejam necessárias para adequarmos e melhorarmos o projeto, mas finalmente termos, num brevíssimo espaço de tempo, a segurança que é exigida hoje, tanto para os clientes quanto para os funcionários e certamente para toda a sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Pastor Edson Praczyk.

Deputado Pastor Edson Praczyk

O SR. EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores, amigos telespectadores.

Inicialmente, reforço as palavras do nosso amigo de Parlamento, o Deputado Tadeu Veneri, no que diz respeito à Audiência Pública hoje realizada aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, mais especificamente no plenarinho. Comentei hoje pela manhã que nesses três mandatos tive a oportunidade de participar de muitas Audiências Públicas, mas esta, indiscutivelmente, sobrepujou todas as outras as quais esta Parlamentar que vos fala teve a oportunidade de participar. Isso porque, geralmente, boa parte das Audiências Públicas acabam, restritamente, nos bastidores, tratando de questões de Oposição e Situação. Então, fica aquela guerrilha, cada um puxando para o seu lado, e nessa Audiência, em especial, estavam de um lado os respectivos sindicatos dos trabalhadores dos Correios, dos trabalhadores da área de Segurança, estavam também os representantes da Empresa de Correios e Telégrafos do nosso país, estava um representante ou dois da empresa BRADESCO e este Parlamentar, enquanto única e exclusivamente Parlamentar, porque não se discutia proposta oposicionista ou situacionista.

Então, o debate foi muito rico. Particularmente, pude esclarecer ou ter eximido de mim uma infinidade de dúvidas, que pude pontuar nas minhas considerações finais dessa Audiência. Então, achei que ganhou o trabalhador dos Correios, ganharam os agentes ligados à área de Segurança e os próprios Correios, enquanto instituições, enquanto empresa também ganhou, porque puderam ouvir, em bom tom, a necessidade dos trabalhadores do setor, e se eu fosse resumir em uma frase, Deputada Rosane, no fundo a conclusão que chego é que tanto as políticas de Segurança em âmbito nacional, como em âmbito estadual, ainda deixam muito a desejar, pois

muito tem que ser feito, muito tem que se priorizar na área de Segurança, porque esse clima de medo e de terror vivido pelos trabalhadores dos Correios não é exclusivo dessa área, desse setor. Infelizmente, esse medo predomina em todos os setores, seja no caixa do supermercado, ou seja nos funcionários das agências lotéricas. Literalmente vivemos um caos, onde a Segurança Pública, há muito, está capenga.

Mas, não vamos nos estender nesse ponto, apenas frisar o quanto foi positiva essa Audiência Pública, o quanto ela pôde, a mim particularmente, enriquecer com aquele debate. E já tenho dúvidas que o caminho mais inteligente para tal, seguindo a sugestão de V. Exa., é votarmos em 1ª discussão, embora insista que gritantemente eu identifique um vício de inconstitucionalidade enorme, flagrante, mas até aí uma infinidade de outras coisas, de outros temas, também com vício de inconstitucionalidade, já passaram por esta Casa de Leis com a chancela da CCJ.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Poderia, por exemplo, discorrer da ocasião em que foi sancionada uma lei sobre desarmamento, com inclusive o aplauso do Governador Roberto Requião, o que no fundo era uma lei que convinha naquele momento, em função de atrair um Parlamentar, votar essa proposta, embora o gritante visto de inconstitucionalidade. E se alardeou, se fez festa, se pôs outdoor, que a Assembleia Legislativa votou uma lei sobre desarmamento.

Brevemente vamos votar um quesito relacionado a águas. É questionável a constitucionalidade desse projeto a isenção de impostos. Flagrantemente há um visto de inconstitucionalidade. Mas reconheço também que é um mecanismo que esta Casa tem que fazer uso, tem que se utilizar para provocar o debate, para provocar pelo menos a reflexão do Poder Executivo, para poder fazer alguma coisa em relação a esse ou àquele tema.

Bom, finalizando esse assunto, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, da iniciativa de um Deputado Federal do meu Partido, amicíssimo meu de longa data, Deputado Federal por Minas Gerais, Deputado George Wilton, que já há algum tempo vem estudando um assunto divulgado pela imprensa, o assunto emigração, sair do país para outros países, para outros continentes. A imprensa muito tem enfatizado aqueles que legalmente saem do país, ou de forma escusa saem do país em redes de prostituição, a serviço do narcotráfico, do crime organizado, etc. e tal. Mas tirando essa parcela que, de forma escusa, sai do nosso território nacional para outros países, vamos falar da parcela que, por opção ou por necessidade, sai do Brasil e estabelece residência em outros continentes e ali reside e ali algumas vezes constitui família, outras vezes permanece por um determinado período, gerando riquezas para o país, e também gerando riquezas para o nosso Brasil.

O interessante, segundo o estudo desse Deputado do PRB de Minas Gerais, com a sua assessoria, detectou que existem mais ou menos, o Itamaraty diz em torno de 2 milhões de brasileiros que residem em outros países. Ele diz que seguramente deve girar em torno de 5 milhões de brasileiros que estão fora do Brasil. O interessante é que esses brasileiros geram riquezas para o Brasil, mandando, enviando recursos para a nossa nação. E segundo cálculos, eles enviam para o Brasil em torno de US\$ 7 bilhões, que são enviados por esses brasileiros que se encontram nos mais diversos países ao redor do mundo. O que isso quer dizer? Imaginemos que exista o 28º estado da nossa federação, um estado virtual, vamos chamá-lo o estado emigrante. Se esse grupo de brasileiros, de fato e de verdade, constituísse um estado, ele não seria apenas o 28º estado do nosso país, mas ele seria na economia brasileira, pasmem amigos telespectadores, o estado com o 6º maior PIB - Produto Interno Bruto, do nosso país, imaginem!

Outro dado impressionante, foram pontuados os seis ou sete estados cujos brasileiros encontram-se em outros países, mas deram origem a esse tipo de emigração. E o estado do Paraná está em 3º ou 4º lugar, perdendo apenas para Minas Gerais e Goiás.

Outro fator importante, por isso me motivei, não apenas para fazer o registro da iniciativa do Parlamentar do Partido Republicano Brasileiro, o partido 10, uma vez que US\$ 7 bilhões são enviados por esses brasileiros e ajudam, em muito, a economia brasileira. Nos países onde esses brasileiros estão eles produzem, para o país que os recebeu, em torno de nove a 10 vezes mais recursos para aquele país. Muito diferente do que muitos alardeiam! Esse brasileiro, em território estrangeiro, é uma fonte de benefício para aquele país, gerando riqueza para aquele país.

Por esta razão, a proposta do PRB, através do Deputado Federal Jorge Wilson, é de, primeiro, provocar uma discussão ampla que passará pelo estado do Paraná, em uma Audiência Pública, para que se dê uma atenção especial aos nossos brasileiros que se encontram em outros países. O que se poderia fazer por esses brasileiros? A exemplo da Itália, os italianos que residem no Brasil têm a prerrogativa de participar das eleições para os seus representantes em sua terra de origem.

Estuda-se que isso também aconteça com o brasileiro que está em outro país, já que ele contribui economicamente para o seu país, o Brasil, porque também não é dada essa prerrogativa, e não só votar para Presidente da República. Votar em todas as instâncias! Por que não? E se criar outros mecanismos que dêem amparo, atenção para esses valorosos brasileiros que, como já disse estatisticamente, de formar um estado, porque já é um estado virtual. Seria, nada menos, que o 6º estado com o maior PIB em âmbito nacional.

Portanto, fica aqui o registro, e que muito me orgulha, por tratar-se de uma iniciativa de um Parlamentar do Partido Republicano Brasileiro. Não é à toa que o PRB é o partido nota 10.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

Deputado Caíto Quintana (PMDB)

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Quero abordar um tema, Sr. Presidente, que tem pouco a ver com o setor político, mas tem relação com o levantamento de questões que não são verdadeiras e, muitas e muitas vezes, por não serem contestadas, se transmite para a opinião pública uma visão diferente do fato que realmente acontece.

Vejo na imprensa, e me permito não citar o nome do jornal, nem do colunista, porque isso é de menos, não interessa esse questionamento, interessa a notícia: “Em cinco anos, o passivo judicial do Paraná cresce 1 bilhão e 200 milhões.” Bom, isso é meia verdade, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares. Quando se transmite isso para a opinião pública, dá a impressão que o estado endividou-se ou está devendo R\$ 1 bilhão e 200 milhões nesse período.

O que é passivo judicial? São questões que estão sendo debatidas judicialmente, contestadas pelo estado, de modo que é fácil zerar o passivo judicial do estado do Paraná, Deputado Edson Praczyk, basta o estado pagar. Basta o estado concordar com todos os aumentos de pedágio; o estado concordar com a SANEPAR sob o controle da iniciativa privada, não contestar esse contrato horrível que foi feito; o estado não contestar a entrega do Banco do Estado ao Itaú; o estado não contestar sobre a COPEL na distribuição de lucros; e não teria nenhum passivo judicial. Então, quando o estado luta para preservar o dinheiro público, o dinheiro do imposto do cidadão paranaense, ele gera passivo judicial, sim. Não geram passivos judiciais os Governos que fazem acordo, os Governos que fazem conchavos, os Governos que pagam indevidamente para o Tesouro do Estado os débitos que poderiam ser contestados.

Esse passivo judicial significa defesa dos interesses paranaenses. É você questionar na Justiça determinados privilégios concedidos que não podemos mantê-los em vigor. Como que pode isso? Então, um governante, daqui a pouco, está vendendo o patrimônio do estado, num conchavo qualquer, assume o outro Governo, questiona, liquida esse contrato unilateralmente, é evidente que vai surgir disputa judicial e é isso que se transforma num passivo. Se ele não contestasse, se ele continuasse entregando bens públicos, verbas públicas para terceiros, não teria aumento de passivo algum.

Então, acho que as pessoas, quando escrevem, se querem dar conotação de conhecimento de um assunto, devem ter conhecimento desse assunto. A imprensa é livre, é soberana, escreve o que quer escrever, mas o conceito de quem escreve é medido pela informação que presta. Quando a informação não é verdadeira, é desviada do foco, da verdade, ela não pode ser aceita como verdade absoluta.

Acho que é possível que o estado venha a perder alguma demanda judicial. É possível, mas se não tivesse a demanda judicial, já teria pago lá no início, antes de ela acontecer. Então, a demanda judicial, o passivo, é uma luta que se tem contra interesses, não tão claros, contra o patrimônio público. Todas as brigas que o estado manteve contra o aumento do pedágio, e que até hoje são discutidas, o aumento pretendido pelas empresas não foi concedido na totalidade, isso constitui passivo que está em discussão. Agora eu pergunto: se o estado não tivesse questionado, o caminhoneiro, o usuário da estrada não estaria pagando desde aquela época que a planilha foi apresentada? Claro que sim! Então, esse passivo é uma defesa do interesse do cidadão paranaense. É isso que tem que ser interpretado e é isso que tem que ser dito, seja a favor ou não.

Pode-se discordar da discussão que é feita, o que não podemos colocar é que a defesa do estado seja um erro de Governo, porque senão todo mundo cobra a conta, o Governo quebra e ninguém contesta o direito do credor.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado a V. Exa.

No horário do Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Durval Amaral, por 15 minutos.

Deputado Durval Amaral (Partido Democratas)

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Volto à tribuna nesta tarde, para dar prosseguimento à discussão que os Deputados Reni, Tadeu e eu mesmo iniciei nesta Casa, com relação à reforma tributária, mas neste momento, tentando questionar alguns aspectos da reforma tributária de uma maneira mais pontual. Comunicar aos Srs. Deputados que pretendemos realizar, estamos definindo uma data de um Seminário sobre a proposta da PEC nº 233, que trata da reforma tributária, que no meu entendimento fere de morte o pacto federativo.

Então, Srs. Deputados, para que não fiquemos apenas no “achismo” ou, em tese, colocando apenas alguns argumentos, faço questão de destacar para todos os Srs. Deputados, porque o Deputado Durval Amaral tem se posicionado contrário a esta proposta de reforma tributária que

está tramitando no Congresso Nacional. Em alguns aspectos, ela não é de todo ruim. Acredito que a reforma tributária, que está sendo analisada, possa diminuir e vai diminuir efetivamente a guerra fiscal. Não posso aceitar que com essa PEC, com essa proposta de reforma tributária, venhamos ferir de morte a possibilidade legal que têm as Assembléias Legislativas, os Parlamentos, de legislar sobre o seu principal tributo, que é o ICMS.

Hoje ainda, na Comissão de Constituição e Justiça, fizemos uma reunião e contamos com a presença do Dr. Nestor Bueno, que é o Secretário do Planejamento do Estado do Paraná; com o Dr. Agmar, que é Consultor Técnico da Secretaria da Fazenda, onde alguns Parlamentares tiveram a oportunidade de entender, de uma maneira mais consistente, quando eles podem legislar sobre o principal tributo do estado do Paraná, sem incorrer em inconstitucionalidade.

Vejamos todos, a proposta de reforma tributária que tramita no Congresso Nacional, a 233, fere de morte o pacto federativo, porque no artigo 61: “A iniciativa da Lei Complementar de que trata o artigo 155-A, da Constituição Federal, cabe exclusivamente: inciso II, a 1/3 dos membros do Senado Federal, desde que haja representantes de todas as regiões do país, inciso I, a 1/3 dos Governadores de Estado, de Distrito Federal ou de Assembléias Legislativas, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros, desde que esteja representadas, em ambos os casos, todas as regiões do país - Ao Presidente da República.” Por que fere o pacto federativo? Hoje, o principal tributo de cada estado brasileiro é o ICMS. Nós todos, Parlamentares, podemos legislar sobre ICMS, desde que respeitadas as normas do CONFAZ. Essa é uma atribuição do Parlamento Estadual.

Srs. Deputados, o que pretende o Governo Federal é fazer, mais do que dizer.

Deputado Antonio Belinati, sobre ICMS V. Exa. não legisla mais. Deputado Carli, V. Exa. que está chegando aqui com um 1º mandato como Deputado, de agora em diante vai fazer de conta que é Parlamentar, quando se tratar de ICMS. E todos nós, Parlamentares, não poderemos mais legislar sobre ICMS. É claro que têm alguns que até imagino que não possam legislar. Mas, o Deputado Jocelito diz sempre bem: “Tem que ler o livrinho”, a Constituição Federal. Do jeito que o Governo Federal está fazendo, Deputado Elton Welter, a iniciativa passa a ser de 1/3 dos Senadores da República. É uma exigência igual, a princípio, a Proposta de Emenda Constitucional, com um agravante: desde que haja Senadores de todas as regiões do Brasil. Tem que ter um Senador, pelo menos, do sul, do sudeste ou do centro-oeste, do norte ou do nordeste, que subscrevam essa proposta para alterar a lei dos ICMS. Ou seja, estamos dizendo que a partir da promulgação dessa PEC, se ela for aprovada desse jeito, nunca mais poderemos alterar qualquer Lei de ICMS no Brasil.

Outra iniciativa poderá também ser dos Parlamentos Estaduais ou dos Governadores, desde que no mínimo nove Assembléias Legislativas do Brasil, de todas as regiões do Brasil, subscrevam um proposta. Ou simplesmente, o Presidente da República mande uma Proposta de Emenda Constitucional.

Senhores, os nossos Governadores e nós todos Parlamentares temos que nos insurgir contra isso, porque o principal tributo dos estados é o ICMS, a principal fonte de arrecadação. Como é que o Governador do Rio Grande do Sul, o de Santa Catarina, o do Paraná, o de São Paulo, podem abrir mão da sua capacidade de legislar sobre o seu principal tributo? Como é que as Assembléias Legislativas podem abrir mão de discutir e de debater o principal produto, no caso o ICMS, no estado do Paraná? Não posso aceitar isso, porque fere o pacto federativo. E a Constituição Federal é muito clara quando diz que não será recebida Proposta de Emenda Constitucional tendente a abolir o pacto federativo.

O que se pretende com a PEC nº 233 é ferir de morte a autonomia dos estados brasileiros em relação ao ICMS. Então, não posso aceitar.

Como eu disse, os Deputados Estaduais não poderão mais apresentar projetos sobre ICMS, os Deputados Federais não poderão mais apresentar projetos sobre ICMS. Essa prerrogativa ficará quase que exclusivamente nas mãos do Presidente da República.

Há uma outra questão aqui: a vedação do inciso III não se aplica aos tratados internacionais. Na questão da guerra fiscal ainda. Não pode mais nenhum benefício fiscal. Isso é bom. O Governador, hoje, falou na “escolinha” do Governo que estamos perdendo uma multinacional, fabricante de pneus, em função da guerra fiscal. Então, vejam só: pela Proposta de Emenda Constitucional nº 1233, se subtrai a prerrogativa das Assembléias Legislativas, fica remanescendo praticamente só para o Presidente da República e abre uma exceção que diz que quando for interesse do Brasil, quando se tratar de uma multinacional, porque é de contratos ou de convênios internacionais, poderá o Presidente da República conceder esse benefício fiscal. Certamente pensa naquelas regiões mais pobres do Brasil, que ainda precisam ser desenvolvidas. Mas a minha indignação é que subtrai dos estados a sua competência para auferi-la somente ao Presidente da República ou à união.

Nessa esteira, hoje quem tem a capacidade de administrar o ICMS, no caso do estado do Paraná, é a Secretaria da Fazenda. A partir do momento que haja essa federalização do tributo, quem vai administrar esse imposto será, efetivamente, o Governo Federal. À Secretária da Fazenda, à Coordenação da Receita do Estado, vai restar somente fiscalizar. Vai poder fiscalizar, autuar, mas automaticamente não vai poder dispor sobre esse tributo.

Então, Srs. Deputados, podemos aceitar essas questões, porque elas vão efetivamente, esvaziar totalmente nossas prerrogativas aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Então, temos que nos mobilizar mesmo,

não podemos aceitar, existem questões muito boas na reforma tributária, por exemplo, quando reduz a alíquota para 2% do ICMS. Claro que ela passa a ser bastante interessante, porque a redução de 2%, por si só, acaba com a guerra fiscal. Uma multinacional como essa que o Governador denunciou hoje na “escolinha” de Governo, a Yokohama, se o imposto fosse 2% ela não iria deixar o estado do Paraná para se instalar num estado do norte ou do nordeste brasileiro. Com toda certeza, pelos atrativos, acabaria ficando no estado do Paraná. Então, essa alíquota de 2% é salutar.

Um outro dispositivo que prevê a própria PEC nº 233 é a responsabilização do Governador que der benefício fiscal. Hoje os Governadores entram na guerra fiscal, fazem a guerra fiscal e não existe punição, não existe punição para o Governador que dilapida o patrimônio público dando benefício fiscal, às vezes para uma multinacional ou para uma grande empresa nacional. Com essa nova proposta, a PEC nº 233, isso vai ser proibido e haverá responsabilização do ordenador de despesa, do governante que efetivamente fizer o benefício fiscal fora daquelas previsões contidas nessa legislação, nessa PEC.

Então, Srs. Parlamentares, fico bastante preocupado mesmo. Quero chamar a atenção, tenho procurado chamar a atenção dos Srs. Deputados, temos que fazer um grande Seminário do Paraná e para isso estamos buscando a confirmação do nosso Secretário da Fazenda, Dr. Heron Arzua, para que participe desse Seminário. Queremos a participação de um dos maiores constitucionalistas paranaenses que é o Dr. Cleverson, porque entendemos que vai ferir de morte o pacto federativo!

Então, precisamos todos nos mobilizar. Não podemos perder a prerrogativa de legislar, sobre o ICMS, porque é a nossa principal fonte arrecadadora. Pode haver reforma tributária, é salutar que haja reforma tributária, mas vamos fazer com que haja reforma tributária com diminuição da carga tributária no Brasil. Vamos fazer com que haja reforma tributária preservando a autonomia dos estados e preservando o pacto federativo, ou seja, se uniformiza as alíquotas no Brasil, se reduz para 2%, faz com que a hipótese de incidência tributária se dê só no destino. Se for este o entendimento, que se tribute só no destino as mercadorias, ou só na origem, enfim, mas que haja este entendimento sem usurpar a competência legislativa que todos nós Parlamentares temos! Quando é que não podemos legislar sobre ICMS? Só naqueles casos expressamente previstos na Constituição Federal, quando haja efetivamente a necessidade, quando se tratar de isenção fiscal e você tem que ter a convalidação de todos os estados na federação, através do CONFAZ.

Era esse o meu pronunciamento, Sr. Presidente. Nada mais tenho a dizer, exceto que temos que nos mobilizar mesmo, porque senão, daqui a alguns anos, estaremos aqui na Assembleia Legislativa, infelizmente, dando nomes de ruas, rodovias. A cada dia, a cada momento se usurpa a competência dos Legislativos. Até bem pouco tempo atrás podíamos legislar sobre a criação de municípios e hoje já

não podemos mais. Hoje podemos legislar sobre o ICMS; daqui a pouco não vamos poder legislar mais e assim sucessivamente. Daqui a pouco, sem demérito algum ao laborioso trabalho desenvolvido pelas Câmaras Municipais, corremos o risco, se não repudiarmos esta idéia, corremos o risco de transformarmos as Assembleias Legislativas dos estados em Câmaras Municipais ampliadas em cada ente federado.

Essa é a minha preocupação. Vamos ficar atentos, vamos ficar alertas, porque estão - desculpem a expressão, é chula - estão roubando toda e qualquer prerrogativa do Parlamento Estadual se manifestar, participar, discutir ou votar qualquer dispositivo que se refira ao principal tributo no estado do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No horário destinado ao Partido Democratas, com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do Partido Democratas: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Lia com atenção o jornal da Gazeta do Povo, a coluna do jornalista Celso Nascimento, e ao mesmo tempo vi o pronunciamento do Deputado Caíto Quintana tentando contrapor aquilo que o jornal e a notícia daquele jornalista trazia.

Tenho que aqui vir e lembrar a todos, em especial àqueles que neste momento estão acompanhando a Sessão Plenária, para deixar claro tudo aquilo que vem acontecendo no estado do Paraná, no período em que o atual Governador Roberto Requião está governando o nosso estado.

Uma das primeiras atitudes do Governador Roberto Requião, quando tomou posse, decidiu, fazer com que aquela usina de gás, a famosa El Paso, que tinha um contrato de fornecimento de energia para o estado do Paraná, para a COPEL, fosse rompido. O Governador Roberto Requião assumiu o Governo e rompeu o contrato com aquela termelétrica.

Esta empresa, El Paso, procurou de imediato seus direitos na Justiça. E lá na Câmara Arbitral, em Paris, ganhou uma ação do Governo do Estado do Paraná de R\$ 800 milhões. E quando isso aconteceu, rapidamente o Governador do Estado do Paraná, que criticava tanto aquela termelétrica, mudou sua opinião e passou a ter vontade e decisão de adquirir aquela termelétrica, que fica aqui no município de Araucária.

Nós, aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tivemos que votar a autorização para o Roberto Requião adquirir aquela usina que ele mesmo, nos primeiros dias do seu Governo e na sua campanha eleitoral,

dizia que era uma bomba, que no momento que apertassem o botão para ligar a termelétrica, teríamos uma grande explosão lá no município de Araucária. O velho chavão do Roberto Requião para tentar ganhar votos e naturalmente envolver o eleitorado paranaense e todo o cidadão paranaense.

Respondendo, e até mesmo deixando às claras o discurso do Parlamentar que há pouco tempo atrás aqui esteve, dizendo que não existe no estado do Paraná um passivo gerado pelo atual Governador, este da UEG é o primeiro deles. Um passivo que foi gerado por uma atitude do Governador Roberto Requião, no momento em que rompeu um contrato com uma empresa internacional, que aqui no estado do Paraná construiu uma usina termelétrica para que esta pudesse gerar energia. E naturalmente, energia esta vendida ao Governo, à COPEL, empresa do Governo do Estado do Paraná.

Quero falar de outros passivos, também, que estão sendo gerados por atitudes do Governador Roberto Requião: a questão dos pedágios. Várias atitudes tomadas pelo Governador Roberto Requião, entre elas a de proteger o Movimento Sem-Terra, quando invadem as praças de pedágio, fazem com que as concessionárias que detêm uma concessão para explorar os pedágios nas rodovias paranaenses, façam-nas procurar a Justiça e naturalmente buscando suas perdas por aqueles dias que não tiveram arrecadação, porque o Movimento Sem-Terra esteve lá, à frente dessas praças, por vários dias e às vezes, no começo do Governo, até por semanas.

Outra questão que o Parlamentar trouxe, dizendo que estas ações do Governador Roberto Requião fizeram com que estas empresas concessionárias não viessem a dar o reajuste que elas queriam, não é realidade.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Tem um microfone aberto que está atrapalhando o pronunciamento do Deputado Plauto. É uma interferência muito forte de algum microfone que está saindo no som e inclusive na TV Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Agradeço a questão de ordem de V. Exa.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Obrigado, Deputado Jocelito. Realmente estava atrapalhando aqui.

Então, para concluir a questão dos pedágios, o Deputado que usou da tribuna disse claramente que todas as atitudes e ações feitas pelo Governo do estado do Paraná em cima das concessionárias fizeram com que o valor da tarifa fosse reduzido. Não é! O Deputado está mal informado, porque as concessionárias conseguiram na Justiça o direito de cobrar aquilo que está escrito no contrato e se elas não reajustaram no momento, elas incluíram na sua planilha de custos e o reajuste que elas

não deram no momento, passaram a dar no decorrer do tempo. Então, todas as ações feitas, da forma como foram feitas, acabaram fazendo com que um passivo venha a ser gerado contra o estado do Paraná e quem vai pagar somos todos nós, os paranaenses.

Quero falar da Syngenta, Deputado Elio Rusch, o senhor que aqui, por várias vezes, trouxe no debate as questões da invasão daquela empresa de pesquisas no oeste do estado. A Syngenta procurou os seus direitos na Justiça, está ganhando as ações e lá na frente o Governo do Estado do Paraná vai arcar com os custos das perdas dessa empresa. É mais um passivo que o Governo Roberto Requião está gerando para o nosso estado do Paraná.

Sobre os transgênicos, aquela luta que tivemos do Governo do Estado do Paraná para com a soja transgênica, que ele tentou proibir a produção, o transporte e o uso do porto de Paranaguá para essa soja que é produzida em todo o território nacional e teve autorização do Presidente Lula nos primeiros anos do seu Governo e que proporcionou o direito do brasileiro poder utilizar a soja transgênica. Aqui no Paraná, o Requião tentou fazer uma decisão diferenciada dos demais estados brasileiros e acabou, com isso, tendo na Justiça uma Ação de Inconstitucionalidade que acabou derrubando a lei que o Governador Roberto Requião aprovou nesta Casa, com o meu voto contrário, para deixar aqui frisado.

Então, foi mais uma bravata do Requião para tentar ver se vencia e levava mais alguns votos daquelas pessoas menos informadas, e isso também está gerando contra o estado algumas ações que vão, lá na frente, gerar um passivo que o Governo do Estado do Paraná terá que pagar. Com certeza, Deputado Miltinho Pupio, não será o Governador Roberto Requião quem vai pagar, mas serão os próximos Governadores, porque essas ações demoram muito tempo na Justiça e isso vai levar para os novos Governadores terem a obrigação de ressarcir essas empresas que procuraram a Justiça e acabaram tendo o direito de receber do Governo do Estado do Paraná.

E para concluir, rapidamente, quando vi o Deputado Caíto fazer o seu pronunciamento, fui buscar na minha memória, rapidamente, todas as ações que foram geradas contra as atitudes do Governador Roberto Requião e quero lembrar, para concluir, o porto de Paranaguá. Lá no porto de Paranaguá existem várias ações dos exportadores contra o porto, contra o estado do Paraná, dos operadores do porto de Paranaguá que foram à Justiça buscar os seus direitos, porque quando o Governador assumiu, rapidamente buscou fazer com que uma série de contratos que haviam sido firmados entre o Governo e a iniciativa privada fossem todos rapidamente desfeitos e com isso, naturalmente, quem perde procura a Justiça. Sem falar do grupo privado que é sócio da SANEPAR, que foi prejudicado pelo Governador e está na Justiça buscando alguns milhões de reais de ressarcimento pelas perdas que tiveram.

Rapidamente, são essas ações que estão sendo feitas contra o Governo do Estado do Paraná, por atitudes, podemos falar, até irresponsáveis do Governador, que estão fazendo com que num futuro próximo os paranaenses tenham que pagar todas as ações que foram geradas contra o Governo do Estado do Paraná. O nome disso que falei é passivo. Vou repetir: isso se chama passivo. O Governo do Estado do Paraná está fazendo com que nós paranaenses, num futuro próximo, tenhamos que pagar por todas essas atitudes irresponsáveis que o Governador Roberto Requião tem costume de fazer e que perde na Justiça, só que ele não paga a conta, ele deixa a conta para os novos governantes pagarem.

Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Antes de passar ao próximo orador, gostaríamos de anunciar a presença do Prefeito de Tuneiras do Oeste, Valter; da Vereadora Bete; do Vereador Daniel, a pedido do Deputado Jonas Guimarães. Agradecemos a presença de todos.

Com a palavra o Deputado Enio Verri, no horário do Partido dos Trabalhadores.

Liderança do PT: Deputado Enio Verri

O SR. ENIO VERRI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Parece que temos aqui uma reflexão bastante importante. Quero me prender um pouco ao que o Deputado Durval Amaral colocou, e concordo em partes com o que ele disse. Quando Secretário do Planejamento, tive a honra, junto com outros colegas Deputados, junto com o Governador Roberto Requião, de atendermos a empresa Yokohama, discutindo a sua implantação aqui no Paraná. E ela dizia que o Paraná era perfeito, um estado estratégico, com mão-de-obra qualificada, com condições portuárias e aeroportuárias ideais. Ela tinha um problema: o maior concorrente dele, também uma multinacional, estava na Bahia, e a diferença tributária era de 15%. O estado da Bahia devolvia, inclusive, parte do que eles pagavam do imposto de renda, que é um tributo federal.

Nesse sentido é que tenho a dizer que a reforma tributária tem um papel fundamental, porque a guerra fiscal, se ela persistir, quebra este país, quebra, porque cria uma diferença de desenvolvimento regional gigantesco, aumenta a miséria em algumas regiões para proporcionar a riqueza de outras, só que não são de outras regiões, são de outros setores da sociedade e não da região. Não podemos concordar. Eu estava até conversando com o Deputado Péricles, nosso Líder, quando ele colocou o seguinte: “Mas é importante que as empresas não se implantem só no sul, se implantem também no nordeste”. E eu concordo, e ele disse depois que concordava também com essa reflexão. Claro que é importante,

mas não à custa da redução do salário dos trabalhadores e à custa da redução dos tributos pagos ao Governo Federal, tributos necessários para se investir em saneamento, educação, infra-estrutura e desenvolvimento.

Portanto, a guerra fiscal, entre outros problemas, leva a uma grande crise dentro do pacto federativo. Pacto federativo mostra que no sul há uma grande diferença. Se pegarmos hoje, por exemplo, o estado de Santa Catarina, a arrecadação daquele estado não é suficiente para cobrir o custeio do estado. O custeio do estado de Santa Catarina é de 104% da sua arrecadação. O custeio do Rio Grande do Sul é de 125% do arrecadado, o Rio Grande do Sul para pagar parte dos salários, paga uma parte no dia 1º e 10 dias depois paga a 2ª parte dos trabalhadores, não tem recursos para investir, a não ser que sejam recursos do Governo Federal, do Governo Lula. O Mato Grosso do Sul é 104% e o Paraná está na casa dos 90%.

Criamos uma política de desenvolvimento econômico que permite que num período de 2007/2010 o Paraná invista R\$ 18 bilhões em infra-estrutura, Educação, Saúde, saneamento básico, fora os R\$ 11 bilhões do PAC, do Plano de Aceleração do Crescimento, Plano este que investe nessas políticas. Ou seja, 2007/2010 teremos um investimento de R\$ 30 bilhões em nosso estado, graças a uma visão de que nem tudo o mercado resolve, graças a uma visão que a lei da oferta e procura não tem uma mão invisível que leva a distribuição de renda para todos, graças a uma visão que a SANEPAR e a COPEL nas mãos do estado, teriam um papel importante na geração de riquezas, distribuição de renda, ao contrário do que se fazia no Governo passado achando que privatizando iria resolver alguma coisa. Recuperou-se as estatais, desenvolveu-se, tem-se excedente e esse excedente é investido para os mais pobres, pobres esses que fazem o porquê da existência do estado, não deve ser estado que não esteja a favor da população mais pobre.

Dentro desse desenho, fico muito triste quando leio o editorial da Folha de São Paulo de hoje, falando da crise gaúcha. Que pena! Um estado tão bonito, tão rico. De onde saíram as principais Lideranças desse país envolvido em tamanho escândalo. O Governo da grande economista. Sou Doutor em Economia, li os livros da economista Yeda Crusius, envolvida num escândalo. Gravado pelo seu vice, o empresário Paulo Feijó.

Fico chocado de ver aqui dois partidos arautos da verdade, da honestidade, arautos de tudo que é justo e digno desse país. Que diziam que o Governo Lula era cheio de bandidos. Diziam que o PT tinha que acabar. E agora? Sobra-nos a tristeza, o sentimento de que, nem sempre, quem critica faz aquilo que critica. O que alegar? Alegar que não sabia? Dizer que é o resultado de uma ampla aliança política, como disse o Chefe da Casa Civil? Ora, aliança política é necessária e benéfica para a construção de um mundo melhor. A culpada não é a aliança política. O culpado é com quem se faz a aliança política.

Parece-me, com muito penar, que os partidos que compuseram aquela aliança política, estavam mais preocupados com seus interesses pessoais, com sua visão de manutenção de Governo do que com a construção e a recuperação de um estado bonito, dinâmico. Um estado que tinha uma grande futuro, e hoje envolvido num escândalo que aprofunda ainda mais a sua crise política-econômica e dificulta mais o povo gaúcho de recuperar-se e mostrar, de fato, o papel do Rio Grande do Sul para a economia do sul do país e também para a economia brasileira.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

PSDB.

(**Declina**)

No horário do PDT com a palavra o Deputado Luiz Carlos Martins.

Liderança do PDT: Deputado Luiz Carlos Martins

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estava refletindo com os companheiros e com amigos sobre o super-homem. O super-homem é aquele que acha que pode tudo. Não admite ser questionado de forma nenhuma.

O super-homem primeiro sai dando porrada para não receber pedradas.

Estava lembrando do super-homem Mike Tyson. Ele era um super-homem. Se ele desse um sopráo em mim, eu iria parar lá em Jacarezinho. Super-homem Mike Tyson quando chegava, onde ele chegava, Deputado Praczyk, era motivo de admiração e, depois, de indignação pelas atitudes do super-homem. Onde está o super-homem Mike Tyson? Onde estará, neste momento, o Mike Tyson? O que estará fazendo o super-homem Mike Tyson? Na política, também, existem os super-homens. Eles são os donos da verdade, proprietários da verdade e, em momento algum, admitem ser questionados e perguntados.

Sr. Presidente, eu me coloco a refletir, Deputado Nereu Moura, V. Exa. que já pertenceu a Bancada da Oposição, nesta Casa, contundente, firme, qual é o grande papel da Oposição? Primeiro, não é fazer oposição pela oposição, mas o primeiro papel, o mais importante da Oposição é perguntar, é questionar. Por que não podemos perguntar? De repente, em alguns momentos, eu sinto que somos cerceados e até proibidos, ameaçados de perguntar. Temos esse direito, temos esse dever e fomos eleitos para isso. Se o Senador Osmar Dias tivesse vencido a eleição - e a diferença foi de 5 mil votos, pouca coisa - estaríamos na Situação e os que apoiaram o Governo Requião estariam aqui na Oposição questionando, perguntando, advertindo, tentando mostrar caminhos. Então, ando bastante preocupado e ando me perguntando: qual é o nosso verdadeiro papel?

Desta tribuna, eu ouço o Deputado Durval Amaral fazer questionamentos inteligentes. Já não temos quase prerrogativas e ainda vão querer tirar as que nos restam? Quando nós acordamos, Deputado Durval Amaral, V. Exa. tem toda razão, vamos nos perguntar o que estamos fazendo aqui, para quê? Vou dar um exemplo: pega o orçamento do estado. Os Deputados já não querem mais apresentar emenda. Por quê? Não é por culpa do Governador, é porque o orçamento não é impositivo. O orçamento tinha que ser impositivo. Só que lá em Brasília o orçamento federal não é impositivo, não é obrigatório e, no entanto, os Deputados Federais são atendidos em suas emendas.

Quantas festas alguns companheiros aqui fizeram nos municípios do interior dizendo: “Eu apresentei tal emenda para aquela escola, apresentei emenda para aquele posto de saúde”, e com foguetório e tudo. No entanto, até agora, absolutamente nada. Em 2010, estaremos lá conversando com a comunidade e dizendo: olha, não foi por culpa minha. E aí alguém há de perguntar: “Mas qual o seu papel na Assembléia Legislativa? Por que o senhor então quer ser Deputado novamente?”

É preciso refletir, é preciso uma reflexão. Vejam o que está acontecendo no Rio Grande do Sul, Deputado Elio Rusch. Olha o momento que está vivendo a Governadora naquele estado.

Não que a nossa Assembléia não seja atuante, pelo contrário, ela é atuante. Nós, da Oposição, temos que ter o mínimo direito de questionar e de perguntar, sem ofender. Não aceito ofensa. Não preciso vir aqui ofender o Sr. Governador. Mas tenho que questionar, até para ajudá-lo. Feliz de um governante que tem uma Oposição equilibrada. Feliz do Governo que tem uma Oposição firme e dura, mas lembrando o Che Guevara: “Sem perder o carinho, a ternura”. Nem isso podemos fazer. Por quê? Aí, vai se perdendo a razão. E quando se perde a razão perde-se até o sentido de viver e o sentido de caminhar.

Qual será o nosso discurso para a população sabendo do sofrimento dessa gente? Queremos saber o que está acontecendo na ParanaPrevidência, Deputado Malucelli. São 3 bilhões? É 1 bilhão? Temos o direito de perguntar o que acontece no porto de Paranaguá e uma série de coisas, com respeito, firmeza e democracia acima de tudo.

Concedo um aparte ao Deputado Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário (PDT)

Aproveitando o seu discurso político trago uma notícia política de interesse do PDT e de outros partidos.

Eu conversava há pouco com o Senador Álvaro Dias, me falou que sacramentou, está consagrada a composição PPS, PDT, PSDB na eleição de Beto Richa para Curitiba. Não há mais dúvida que o PPS está alinhado nessa caminhada, certamente, reconduzindo essa expressão política de Curitiba e do Paraná, Beto Richa, à Prefeitura.

Deputado Luiz Carlos Martins, ontem, não tive tempo, dizer que o Senado não irá aprovar o aumento de cadeiras de Vereadores no Brasil, segundo informações

do Senador Álvaro Dias. Da mesma forma, nessa semana, viajando e andando três dias com ele, me disse que - como V. Exa., Deputado Luiz Carlos Martins, está falando em 2010 - em 2010, ele não é problema nenhum para o Senador Osmar Dias. Ele pensa em ser candidato ao Senado, abrindo mão de quatro anos e disputando uma vaga para Senador, em 2010, quando haverá duas vagas. O Senador Álvaro Dias tem sido mártir, quando disputa a uma vaga apenas. Dessa vez, ele tem condições de passar a disputar duas vagas.

Era essa a boa notícia, meu companheiro, Líder da Bancada do PDT, que hoje preside a Sessão com o Deputado Zucchi.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. tem um minuto, Deputado Luiz Carlos.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

O Senador Álvaro Dias, inteligente, está colocando um bode na sala. Todo mundo sabe a história do bode?

(Risos)

Ele abre mão de quatro anos e sai candidato ao Senado. Mas vamos passar primeiramente por 2008. Cada dia tem a sua hora, o seu momento, o seu instante e é preciso vivê-lo com intensidade. Para encerrar, Sr. Presidente, infeliz do homem que esquece as suas raízes. O homem que esquece de suas raízes é um homem que não para em pé. Não devemos ter vergonha das nossas raízes, dos nossos compromissos perante a população, que não aceita mais o engodo, daquilo vou ver o que posso fazer.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

PMDB, Bloco PPS/PMN, Liderança do Governo, Liderança da Oposição, Deputado Elio Rusch.

Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (Partido Democratas)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas: Até antecipar Sr. Presidente Augustinho Zucchi que preside a Sessão de hoje.

Há pouco tivemos uma reunião com a Liderança do Governo, Deputado Romanelli, Deputado Ademar Traiano e o Deputado Presidente da Casa, Nelson Justus, quando tratamos de dois assuntos que estão na pauta da Sessão de hoje. Um é em relação ao projeto de lei do Deputado Ademar Traiano e outros Deputados e também da PEC da água, de autoria do Deputado Alexandre Curi e outros Deputados. Diversos Parlamentares aqui na Casa, tanto da Oposição como da Situação, ainda têm dúvidas em relação a PEC da água. Qual é efetivamente o objetivo da alteração de um dos parágrafos do artigo 210-A da Constituição do Estado do Paraná.

Como sempre existiu um perfeito relacionamento, quando isso é possível, entre a Oposição e a Situação e também em relação aos autores das proposições, quando

ainda existem dúvidas e ambas as Lideranças concordam procura-se o caminho mais correto, que é a retirada da pauta da Sessão. E foi o que aconteceu hoje. Sabemos que o nosso Líder Valdir Rossoni está viajando, está em Brasília, mas mesmo antes de viajar falou conosco, na qualidade de Vice-Líder da Oposição, como também o Deputado Edgar Bueno, para que assumíssemos a Liderança da Oposição e acompanhássemos aquilo que está acontecendo na questão administrativa do Governo, mas principalmente ao que acontece na Assembléia Legislativa. E nós, respondendo pela Liderança da Oposição, não podíamos nos omitir diante do pedido formulado, das dúvidas que existem em relação principalmente à PEC, para que não concordássemos na retirada desse projeto da Ordem do Dia da Sessão de hoje. Prontamente atendemos e as duas proposições ficaram para terça-feira serem discutidas, serem encaminhadas e obterem a sua votação aqui no Plenário.

054Aliás, a termelétrica lá de Araucária o Governador Roberto Requião, daquela tribuna, quando da sua posse ou num início de ano, ele disse que a UEG Araucária era uma bomba que podia explodir a qualquer momento! Palavras não do Elio Rusch, palavras do Governador do Estado do Paraná! E o que o Governador fez? Comprou as ações para ter o controle acionário da UEG Araucária, isso foi um passivo, para não ser condenado pela Justiça, ele comprou as ações para que fosse retirada essa ação que estava na Câmara Arbitral.

E as outras que existem? Duzentas ações na Justiça, todas pedindo indenizações e muitas mais virão: a questão dos transgênicos, a questão da SANEPAR, a questão porto, a questão do pedágio, a questão da Syngenta! E a questão das invasões de terras? Deputado Fernando Carli, V. Exa. recebeu, como todos os Parlamentares devem ter recebido, uma correspondência do sindicato rural da sua cidade, mostrando a preocupação com relação as invasões de terra que estão acontecendo na região de Guarapuava.

Setenta e duas reintegrações de posse já foram concedidas pela Justiça, conforme essa correspondência que recebemos do sindicato e, nenhuma delas foi cumprida. Os proprietários vão fazer o quê? Eles vão procurar a Justiça porque os agricultores, pequenos, médios ou grandes, que têm sua terra invadida têm compromissos com o custeio que tem que ser pago no Banco, e os equipamentos que eles compraram está vencendo, tem que ser pago no Banco e vão pagar com o quê? Se eles não conseguem plantar? E quem não planta não colhe. Quem não colhe não tem recursos, não tem renda. E o que o Governo precisa fazer? As reintegrações de posse. E se não fazem, os proprietários têm que procurar a Justiça. E alguém tem que ser responsabilizado. Alguém tem que pagar seus lucros. E quem vai pagar? É o Governo. Quem é o Governo? Não é Roberto Requião. O Governo é o povo do Paraná. Roberto Requião é o Governador. As ações vão em cima do Governo. E quem paga a conta? Somos nós, paranaenses.

O Sr. Artagão Júnior (PMDB) (Aparte)

A preocupação na nossa região é muito grande, neste sentido. Fomos procurados pelo sindicato rural e acreditamos que a ordem em Pato Branco tem que ser preservada acima de qualquer coisa.

É natural que os movimentos existam, que os direitos sejam defendidos, mas o direito de um vai até onde começa o direito do outro. E o direito de propriedade é inalienável. Tem que ser assegurado. Em todos os sentidos e em todos estes momentos. Esta sempre será a minha bandeira, Deputado.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Agradeço, e V. Exa., que pertence ao partido do Governador, como seu defensor aqui na Assembléia espero que V. Exa. possa convencer o Governador do Estado do Paraná para que ele possa fazer as reintegrações de posse e devolver a paz e a tranquilidade no campo do Paraná.

O que os agricultores querem? Não querem violência. Fico revoltado quando falam em milícia armada. Que milícia armada! Não existe milícia armada! Existe a defesa da sua propriedade, quando o Governo não a cumpre. Agora, não pode o proprietário contratar segurança particular para fazer sua defesa, quando o Governo não cumpre a reintegração de posse.

Espero, sim, queremos a reforma agrária. Mas, dentro da lei, da legalidade e dos princípios. É este nosso pronunciamento.

Ordem do Dia:**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 143/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado que os testes de habilitação do DETRAN para deficientes sejam realizados no município de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 144/08, de autoria da Deputada Beti Pavin, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Secretário de Estado da Educação para que se realizem estudos com o objetivo de implantar programa de distribuição gratuita de uniformes e material escolar para os alunos da rede pública de ensino fundamental. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 145/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes a construção de uma ciclovia entre os municípios de Nova Londrina e

Marilena, na rodovia PR-569. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1528, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão do dia 09/06/08, devido a reunião para tratar de assuntos de interesse da comunidade curitibana, na condição de Presidente da Comissão de Saúde desta Casa Legislativa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão (PEC)**ITEM 01**

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 021/08, proposta de emenda à Constituição, de autoria dos Deputados Alexandre Curi, Nelson Justus e outros, que altera o parágrafo 3º do artigo 210-A, da Constituição do Estado do Paraná (Serviço Público). COM PARECER DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO. (Publ. no DA nº 004/08, de 18/02/08, em Proposta de Emenda).

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA
DA CONSTITUIÇÃO
PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 021/08

P A R E C E R :

O presente exame jurídico legislativo nos termos regimentais, objetiva observar a Proposta de Emenda à Constituição do Estado do Paraná, nº 021/08, de autoria dos Exmos. Srs. Deputados Alexandre Curi e Nelson Justus, que propõem alterar o parágrafo 3º, do artigo 210-A, da Constituição do Paraná.

A intenção legislativa dos autores é clara e evidente, denotando alteração restritiva do termo “preferencialmente”, constante do articulado atacado.

Tal supressão definirá única e exclusivamente, que os serviços públicos de saneamento e de abastecimento de água serão prestados por pessoas jurídicas de direito público ou por sociedade de economia mista, sob controle acionário e administrativo do Poder Público Estadual ou Municipal, excluindo-se as pessoas jurídicas de direito privado que, na versão vigente, através da interpretação do termo “preferencialmente”, se depreende tal possibilidade.

Quanto aos aspectos constitucionais e regimentais, a proposta se reveste de legalidade, sendo que nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, até a manifestação final do soberano Plenário nesta Casa de Leis.

Sendo assim, esta Comissão Especial de Reforma da Constituição, manifesta-se favoravelmente pela tramitação da proposta de emenda à constituição em epígrafe.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15/02/08.

(aa) CIDA BORGHETTI - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

Sobre a referida proposição, Requerimento nº 1529, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Claudio Romanelli - Líder do Governo e Elio Rusch - Líder da Oposição, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões.

Em votação.

Para encaminhar a votação do requerimento, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, eu e o Deputado Elio Rusch, Líder da Oposição, estamos respondendo pela Liderança na ausência do Deputado Valdir Rossoni, que foi a Brasília, depois de termos consultado os Deputados que integram nossas bancadas e as demais Lideranças e conversando com o Presidente Nelson Justus e como há diversos questionamentos sobre esse tema, de forma prudente, para que pudéssemos, de forma amadurecida, votar em 2º turno essa PEC. Absolutamente importante, que estabelece a água como bem essencial à vida, mas fundamentalmente garantindo que a água não deve ser tratada como uma mercadoria e ser objeto de lucro, da sanha dos especuladores, até porque ainda há pouco se falou em direito da propriedade e não se falou da função social que a propriedade tem que cumprir, porque sobre toda a propriedade há uma hipoteca, que é uma hipoteca social.

Lamento ter chegado a este plenário depois do horário destinado à fala das Lideranças, mas é um tema que certamente podemos aprofundar.

Como estamos tratando de um bem que é público, que é a água, como é importante que possamos aprovar,

por acordo de Lideranças estamos transferindo essa votação para a próxima terça-feira, para que possamos daí aprovar a PEC da água. Por isso quero encaminhar favoravelmente à aprovação desse requerimento, porque ele é fruto da construção de um consenso com o objetivo, claro, de convencer todos os Parlamentares de que possamos votar essa PEC, impedindo que a água seja um instrumento, um objeto de lucro daquele que querem especular com um bem que é um bem de todos nós. Então, efetivamente, encaminhamos para que essa PEC possa ser votada na próxima terça-feira.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Sr. Presidente, para encaminhar.

(Assentimento)

Embora, já tenhamos nos manifestado da tribuna, apenas para dizer ao Deputado Romanelli, que, lógico, na discussão da PEC cada um haverá de encaminhá-la e se entender que deve defender a PEC, defende a PEC e quem entender que deve ir contra a PEC, vai encaminhá-la contra e nós, temos os nossos argumentos, como com toda certeza o Romanelli tem os seus argumentos. Acredito que é uma PEC, que não deve ser tratada como de Oposição ou Situação, mas é uma PEC que interessa ao estado do Paraná ou que vem de encontro. Quer dizer, acima de tudo temos a legislação, temos a Constituição Federal e no momento oportuno, na próxima terça-feira, haveremos de encaminhar exatamente a nossa posição em relação a conhecida PEC da água.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Gostaria de encaminhar, porque o nosso bloco entende, que não existem dúvidas a respeito dessa PEC e só existe uma certeza: de que ela é claramente inconstitucional. Então, nós não entendemos o motivo pelo qual se dará esse adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões da Proposição nº 021/08, da Proposta de Emenda à Constituição.

Discussão Única (Proposição)

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 051/08, veto aposto ao Projeto de Lei nº 115/08, de autoria dos Deputados Alexandre Curi, Nelson Justus, Luiz Claudio Romanelli e Ademar Traiano, que altera a legislação do ICMS, conforme especifica. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.** (Votação Nominal).

OF/CTL/CC nº 190/08.

Curitiba, 02/06/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 077/08, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 115/08, por considerá-lo inconstitucional, pelos motivos adiante expostos.

O autógrafo tem por objetivo, em seu artigo 1º, conceder ao estabelecimento industrial de artigos de vestuário, têxtil e de artefatos de couro e seus acessórios, crédito estimado no valor equivalente a 85% do débito do imposto nas operações com esses produtos, em substituição ao aproveitamento de quaisquer créditos fiscais decorrentes de aquisição de matérias-primas e dos demais insumos utilizados na fabricação dos seus produtos, de bens destinados a integrar o ativo imobilizado do estabelecimento, bem como dos serviços tomados.

Em que pese a finalidade da iniciativa, qualquer benefício fiscal, relativo ao ICMS, que importe em redução ou eliminação, direta ou indireta, somente pode ser concedida com a anuência de todas as Unidades da Federação, através de Convênio firmado especificamente para esse fim, junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, conforme asseverou a Constituição da República do Brasil, na alínea “g” do inciso XII do artigo 155.

Da mesma, a Lei Orgânica do ICMS do Paraná, Lei 11508/96, em seu artigo 3º, também vincula a concessão de benefícios fiscais à aprovação unânime dos entes federados perante o CONFAZ.

Ademais, é importante salientar que a concessão de benefícios está atrelada às condições da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que exige a demonstração de que tal proposta esteja prevista na estimativa de receita da lei orçamentária, como das medidas de compensação.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Assembléia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 115/08, encontra-se publicado no DA nº 048/08, de 08/05/08, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 051/08

P A R E C E R :

A proposição em apreço refere-se ao veto apostado ao Projeto de Lei nº 115/08, de autoria dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Alexandre Curi e Ademar Trai-

ano que tem por objetivo alterar a legislação do ICMS relativo a estabelecimentos industriais de vestuário, têxtil, de artefatos de couro e acessórios no Estado do Paraná.

Usando da prerrogativa que lhe é constitucionalmente conferida, o Sr. Governador, tendo recebido em 12 de maio de 2008 o autógrafo correspondente à redação final do projeto de lei, vetou-o no dia 02 de junho, devolvendo-o esta Assembléia Legislativa, através do OF/CTL 190/08, recebido em 02 de junho do corrente.

Cumpridos os ditames constitucionais que tratam da participação do Chefe do Poder Executivo no processo de elaboração legislativa, conforme artigo 72 e parágrafos da Constituição Estadual, a proposição de veto em apreço está em condições de ser encaminhada para discussão e votação em Plenário.

Sala das Comissões, em 10/06/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1530, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Claudio Romanelli - Líder do Governo e Elio Rusch - Líder da Oposição, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões. **Aprovada.**

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões da Proposição nº 051/08, veto apostado ao Projeto de Lei nº 115/08.

Redação Final

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 191/08, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que declara de utilidade pública a Associação de Desportos de Deficientes Mentais - Região Paraná - ARDEM, com sede e foro nesta capital. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 191/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Regional de Desportos de Deficientes Mentais - Região Paraná - ARDEM, com sede e foro nesta capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05/06/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
PLAUTO MIRÓ - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 197/08, de autoria dos Deputados Nelson Justus e Miltinho Pupio,

que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jandaia do Sul, com sede e foro no município de Jandaia do Sul **Aprovado. (Publ. no DA nº 049/08, de 12/05/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 199/08, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de utilidade pública a Associação Beltronense da Bocha - ABELBO, com sede e foro no município de Francisco Beltrão. **Aprovado. (Publ. no DA nº 050/08, de 13/05/08, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 017/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, que concede o título de Cidadão Honorário ao Sr. Mima Okawa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Votação Nominal). **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 217/08, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que declara de utilidade pública a FESMAN - Fundação Ensino Superior de Mangueirinha, com sede e foro no município e comarca de Mangueirinha. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 230/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Fernandes Pinheiro, com sede no município de Fernandes Pinheiro e foro na comarca de Teixeira Soares. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 222/08, de autoria do Deputado Luiz Cheida, que declara de utilidade pública o Instituto Vagner Nunes, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056/08, de 26/05/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 222/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Cheida, declara de utilidade pública estadual o Instituto Vagner Nunes, com sede e foro no município de Londrina.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03/06/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 228/08, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de utilidade pública a Associação Beltronense de Bolão-ABEL, com sede e foro no município de Francisco Beltrão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 057/08, de 27/05/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 228/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, declara de utilidade pública estadual a Associação Beltronense de Bolão-ABEL, com sede e foro no município de Francisco Beltrão.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03/06/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1477 e 1478, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Retirados pela autora.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, na verdade queria dizer o seguinte: ontem pedi para adiar esses requerimentos, e hoje, em função de um conjunto de atividades que tivemos, acabei não podendo conversar com o Coronel Davi Antonio Pancoti, que é Diretor Geral do DETRAN que poderia efetivamente prestar os esclarecimentos sobre esses

requerimentos que é feito pela Deputada Cida Borghetti. O que entendo na verdade, Deputada Cida, é que V. Exa. fez dois requerimentos que são dirigidos não a órgãos do Governo, do Poder Executivo, embora haja um entendimento que o próprio Ministério Público seja um órgão que integra o Poder Executivo, ele não é um quarto Poder da república, até porque Poderes nos estado só temos três. Ele é um órgão essencial ao funcionamento da Justiça e das instituições democráticas, assim diz o artigo constitucional que trata do Ministério Público. Coloco isso porque V. Exa. faz uma solicitação ao Ministério Público de providências, de pedido de gestão nesse caso específico em relação a extinção da cobrança de uma taxa de serviço e anexa uma resolução do CONTRAN do ano de 2001 e de uma lei, que é a lei que regulamenta as taxas do DETRAN de 1994.

Então, entendo, e queria fazer um apelo aqui a V. Exa. em relação aos dois requerimentos, porque veja, V. Exa. como Parlamentar pode representar para o Ministério Público para instaurar um inquérito civil, em função de eventual descumprimento da lei por parte de qualquer órgão, ou gestor. Mas ao mesmo tempo entendo que V. Exa. utiliza um instrumento que é um requerimento da Assembléia Legislativa pedindo providências ao Ministério Público em face de uma interpretação que fiz de uma resolução do CONTRAN, face a uma lei estadual. Bom, o que eu penso na verdade? É que poderíamos, antes de requerer ao Ministério Público a tomada de providências em ambos os casos, porque são dois requerimentos, é a primeira vez que vejo nesta Casa requerimentos nesse sentido. Entendo que esses requerimentos poderiam ser encaminhados aos órgãos responsáveis. Solicitaria que primeiro esgotássemos na esfera administrativa, daí poderíamos pedir algum tipo de providência. Solicitaria que a Deputada Cida Borghetti pudesse encaminhar um pedido de informação a esses dois organismos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

A Deputada Cida comunica que está solicitando a retirada dos dois requerimentos e prontamente esta presidência está atendendo a solicitação da Deputada Cida. **Retirados pela autora.**

Requerimento nº 1490, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Entendo que esses dados têm que ser informados. Mas gostaria de solicitar ao autor que retirasse o termo: anexar documentos comprobatório de cada liberação. Retirando isso, as informações certamente serão aduzidas, com base na veracidade dessas informações.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, retiro esse requerimento e amanhã farei outro sem esse critério.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Retirado, a pedido do autor.

Requerimento nº 1484, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1486 e 1487, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1489, de autoria do Deputado Luiz Malucelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1492 a 1515, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1516 a 1520, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1522, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1525-A, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1532, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1533, de autoria do Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1525, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Para Encaminhar**)

Serei sucinto. A questão é que este projeto já existe há muito tempo e gostaríamos de saber: por que não evoluiu? Por que não se fizeram as obras lá no Centro de Capacitação de Treinamento do Corpo de Bombeiros daquela região?

Então, gostaria de pedir aos nobres Pares a aprovação deste nosso requerimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, entendo que é um pedido de informação cabível. Certamente, o Secretário de Estado de Obras Públicas vai informar sobre esse tema. Acho que é um direito do Parlamentar requerer essa informação, que está muito bem formulada.

Então, nosso parecer é pela aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em votação o requerimento. Deputados favoráveis permaneçam como estão. **Está aprovado o requerimento de autoria do Deputado Marcelo Rangel.**

Nada mais havendo a tratar...

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Parece que existe mais um requerimento protocolado pedindo expediente à Superintendência Regional do DNIT do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Como é um expediente, já foi deliberado pela Mesa. Está sendo encaminhado no sentido que V. Exa. solicitou.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Muito bem. Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço muito à Mesa Executiva.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Questão de ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Uma informação relevante para o estado do Paraná: o Presidente da República determinou para que a PETROBRAS, junto com a Vale do Rio Doce, estudem alternativas para baixar e implementar programas dentro do país para baixar custo de fertilizantes. Isso é fruto das Audiências Públicas que esta Casa fez. Vai mexer na baixa do custo de fertilizantes e de alimentos. Isso é muito importante. É uma notícia extraordinária para o povo paranaense, que é o maior produtor agropecuário do Brasil.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 130 e 198/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 222 e 228/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 499/07, 205 e 236/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Ata de Comissão

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Duílio Genari, Edson Strapasson, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Augustinho Zucchi, Dr. Batista, Elton Welter, Luiz Eduardo Cheida e Teruo Kato. A presente reunião também contou com a presença do Sr. Nestor Bueno, Secretário de Estado do Planejamento e do Sr. Aguiar Arantes, Consultor Técnico da Secretaria de Estado da Fazenda. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Nereu Moura. Passou-se à Ordem do Dia: o Sr. Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação à Proposição Veto nº 051/08 e aos Projetos de Lei nºs 023/08 e 113/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO. 01) Proposição Veto nº 051/08, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 115/08. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni ao encaminhamento à Plenário, lido pelo Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO. O Sr. Deputado Caíto Quintana apresenta requerimento de preferência de votação à Proposição Veto nº 039/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO. 02) Proposição Veto nº 039/08, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 669/07. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana ao encaminhamento à Plenário - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 113/08, de autoria dos Deputados Alexandre Curi e Durval Amaral - Altera dispositivos da Lei nº 11580/96. O Sr. Presidente concedeu a palavra aos Srs. convidados para que fizessem uma explanação a respeito desta matéria. Após o debate, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião, devido o adiantado da hora. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Andretta, advogada e Secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Andretta - Secretária